



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E
SEGURANÇA PÚBLICA

EMÍLIA PINTO LIMA

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO E SEGURANÇA PÚBLICA: ESTUDO COM OS
INTEGRANTES DO PROJETO ADOLESCENTE CIDADÃO NA GUARDA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

FORTALEZA

2009

EMÍLIA PINTO LIMA

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO E SEGURANÇA PÚBLICA: ESTUDO COM OS
INTEGRANTES DO PROJETO ADOLESCENTE CIDADÃO NA GUARDA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação
Latu Sensu em Cidadania, Direitos Humanos e
Segurança Pública (Turma II) da Universidade Federal
do Ceará – UFC, para obtenção do grau de Especialista
em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública.

Orientador: Professora Rosemary de Oliveira Almeida

FORTALEZA - CE

2009

EMÍLIA PINTO LIMA

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO E SEGURANÇA PÚBLICA: ESTUDO COM OS
INTEGRANTES DO PROJETO ADOLESCENTE CIDADÃO NA GUARDA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação: 31/10/2009

Emília Pinto Lima

Professora Rosemary de Oliveira Almeida
Orientadora

Prof. César Barreira
Coordenador

AGRADECIMENTOS

A DEUS, primeiramente, não só por existir, mas também por ter nascido em meio a tantas pessoas maravilhosas.

Aos meus pais, Narciso e Fátima, que dão sentido à minha existência. Que bom ser filha de vocês.

Às minhas irmãs, que estão juntas comigo na caminhada.

Ao Júnior, que me ama e, às vezes, me atura, nos bons momentos e nos momentos difíceis, com quem quero construir o restante da minha história.

À professora Rose (chamarei simplesmente de Rose), por estar junto comigo nesse trabalho, assessorando-me, orientando-me e me aturando de vez em quando.

Aos meus amigos de CETREDE, gostaria de mencionar todos, mas tenho que colocar a Dina e o Odélio, porque foi com eles que passei os bons e os momentos difíceis da Especialização.

Ao Acompanhamento Funcional da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, em especial à Keiliane, Aline, Cristina e aos integrantes do Projeto Adolescente Cidadão, que, com certeza, sem eles, essa monografia não sairia.

A todas aquelas pessoas que fizeram, e ainda fazem, parte da minha vida, e contribuíram, de alguma forma, para a pessoa que sou hoje, com alguns defeitos, mas com boas qualidades. A todos que fizeram do meu sonho uma grande realidade e cuja presença em minha vida foi e vai continuar sendo fundamental, sempre.

O que não te faz mover um músculo, o que não te faz estremecer, suar, desatinar, não merece fazer parte da tua biografia (Martha Medeiros).

RESUMO

O presente estudo pretende refletir sobre a relação entre juventude e trabalho, particularmente analisar seus significados para o jovem que ingressa no mercado de trabalho mediante um órgão de segurança pública, tendo como universo a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, por meio do Projeto Adolescente Cidadão. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre as categorias juventude, trabalho e políticas públicas de primeiro emprego, bem como uma pesquisa de campo. Na análise, enfatiza-se o perfil sócio-econômico desses adolescentes, interpreta-se suas percepções acerca de trabalho, da experiência no Projeto em questão, sobre a Guarda Municipal e as perspectivas de futuro. As Considerações Finais sinalizam que os significados do trabalho são basicamente para garantir o sustento familiar, mas também para garantir independência. As políticas públicas para a juventude têm priorizado apenas o primeiro emprego, mas não garantem subsídios para a continuidade desses jovens no mercado de trabalho. É importante levar em consideração a continuidade para que tais políticas não acabem se tornando focalistas e imediatistas.

Palavras-chaves: Juventude, Trabalho, Políticas Públicas de Primeiro Emprego.

ABSTRACT

The present study intends to reflect on the relation between youth and work, particularly to analyze its meanings for the young that enters the market of work by means of an agency of public security, having as universe the “Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza”, through the “Projeto Adolescente Cidadão” (Adolescent Project Citizen). For in such a way, A bibliographical research was carried through on the categories youth, work and public politics of first job, as well as a field research. In the analysis, the partner-economic profile of these adolescents is emphasized, is interpreted its perceptions concerning work, of the experience in the Project in question, on “Guarda Municipal” and the perspectives of future. The Final Considerations signals that the meanings of the work are basically for guaranteeing the familiar sustenance, but also to guarantee independence. The public politics for youth have prioritized only the first job, but they do not guarantee subsidies for the continuity of these young in the work market. It is important to take in consideration the continuity so that such politics do not finish if becoming focused and immediate.

Word-keys: Youth, Work, Public Politics of First Job.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Relação do jovem com o mundo do trabalho	30
Gráfico 2 – Porcentagem de Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade, ocupadas, trabalhadores domésticos, segundo Unidades da Federação – 2002	32
Gráfico 3 – Relação trabalho/sexo	51
Quadro 1 – Problemas que mais preocupam, de acordo com escolaridade/renda	24
Quadro 2 – Assuntos de maior interesse x gênero	25
Quadro 3 – Distribuição de renda x raça	28
Quadro 4 – Renda familiar x residindo com responsáveis	52
Quadro 5 – Relacionamento familiar	53
Quadro 6 – Significados do trabalho	54
Quadro 7 – O que tem maior relevância em ser adolescente cidadão	59

LISTA DE SIGLAS

CIOPS – Centro Integrado de Operações de Segurança

CLT – Constituição das Leis Trabalhistas

COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã

GMF – Guarda Municipal de Fortaleza

PEA – População Economicamente Ativa

PM – Policial Militar

PNAS – Plano Nacional de Assistência Social

UNESCO – United Nations to Education, Science and Culture (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Uma discussão teórico-metodológica sobre o tema.....	13
2 Juventude e Trabalho: situando a problemática da pesquisa.....	18
2.1 A condição juvenil no presente: refletindo sobre as transformações sócio-históricas e culturais.....	18
2.2 Relacionando Juventude e Trabalho.....	26
2.3 Um enfoque nas políticas públicas de juventude e nas Políticas de Primeiro Emprego	34
2.4 O Projeto Adolescente Cidadão na Guarda Municipal de Fortaleza	42
2.4.1 Sobre a Guarda Municipal de Fortaleza: histórico e atuação.....	42
2.4.2 O Programa Adolescente Cidadão.....	46
3 Quem são e o que pensam os adolescentes do Projeto Adolescente Cidadão	50
3.1 Perfil geral dos adolescentes cidadãos: quem são.....	50
3.2 No mundo do trabalho	54
3.3 Projeto Adolescente Cidadão	56
3.4 Perspectivas de futuro: pessoal e profissional.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
BIBLIOGRAFIA.....	66
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a proposta de discutir e analisar a relação entre juventude e trabalho, com base numa investigação acerca da experiência dos jovens do Projeto Adolescente Cidadão na Guarda Municipal de Fortaleza.

Trabalho, para a juventude brasileira, é uma realidade palpável e concreta, sendo cada vez maior o número de jovens que ingressam na População Economicamente Ativa/PEA. A juventude tem se tornado tema central para diversas pesquisas, tanto para estudá-la de modo mais genérico como para observá-la em meio a grandes temas que a cercam: violência, drogas e trabalho. Vários autores abordam este tema sob diferentes olhares. Não se pretende chegar a respostas definitivas para esta questão, e sim contribuir para reflexões a respeito do trabalho, tendo em vista a realidade e o cotidiano destes jovens.

O trabalho juvenil adquire uma centralidade política, que começa a explodir na década de 1990, com os grandes programas de inserção no mercado de trabalho – entre eles o Programa Primeiro Emprego – justamente porque os jovens estão se inserindo mais cedo nesse mercado. Neste sentido, a pesquisa que se segue busca analisar a experiência dos jovens aprendizes, interpretando quais os significados que estes atribuem ao trabalho, bem como quais as suas perspectivas de futuro, tanto profissional como pessoal.

O ponto de partida será um estudo sobre o Projeto Adolescente Cidadão, que é coordenado pela FUNCI, onde jovens entre 16 e 21 anos têm a oportunidade do primeiro emprego. O universo será o grupo que trabalha na Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, órgão de segurança pública municipal.

Para dar conta das questões pesquisadas, a monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Uma discussão teórico-metodológica sobre o tema*, aborda-se como se deu a aproximação com o tema, tanto pessoal como profissional. Discute-se, também, as escolhas teórico-metodológicas: uma etapa essencial para a compreensão da construção do objeto da pesquisa.

O segundo capítulo, denominado *Juventude e trabalho: situando a problemática da pesquisa*, procura analisar as categorias essenciais que embasam a pesquisa, fazendo uma retrospectiva da história da juventude e sua relação com o mundo do trabalho, em meio a uma sociedade capitalista devastada pela crise econômica. Abordam-se também as perspectivas das políticas públicas de juventude, com enfoque especial no Brasil, particularmente as políticas de primeiro emprego, a Lei da Aprendizagem Profissional criada no fim do século XX e a do Projeto Adolescente Cidadão na Guarda Municipal de Fortaleza, um órgão de Segurança Pública, que pode fazer diferença na experiência de estágio.

O terceiro capítulo, intitulado *Quem são e o que pensam os adolescentes do Projeto Adolescente Cidadão*, busca analisar os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, tais como o perfil sócio-econômico do universo pesquisado, refletir sobre o que os jovens pesquisados pensam a respeito do trabalho, do Projeto Adolescente Cidadão e de suas perspectivas de futuro.

Nas Considerações Finais, discute-se a inserção cada vez mais cedo dos jovens no mercado de trabalho, argumentando suas diversas razões, desde o sustento familiar ao desejo de auto-afirmação. Enfatiza-se também a necessidade de garantia de políticas públicas capazes de manter crianças e adolescentes até 14 anos longe do trabalho exploratório, viabilizando uma educação de qualidade, para assim poderem ingressar no mercado de trabalho por meio das políticas públicas de primeiro emprego.

1 – Uma discussão teórico-metodológica sobre o tema

A experiência acadêmica, tanto na graduação, como agora, concluindo a pós-graduação em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública com esse Trabalho de Conclusão de Curso, dá grande respaldo para se abordar um tema que é novo no meio acadêmico e em pesquisas, mas já é bastante discutido na vida, principalmente entre os próprios protagonistas desse tema: os jovens.

Não foi por acaso a proximidade da autora desta pesquisa com a temática juventude e trabalho. Desde cedo, foi preciso ganhar dinheiro. E a necessidade, nesse caso, foi preponderante, mas a sensação que se teve ao receber o primeiro salário tornou-se indescritível: liberdade, autonomia, *status*. Todavia, trabalhar na idade em que o “certo” seria estudar para o vestibular foi estressante e cansativo. Uma época em que surgiram muitas cobranças, onde se tentava, ainda que distante, enxergar as perspectivas de futuro. Tempo de sofrimento, quando ainda não se sabia, ao certo, o que se era: adolescente ou adulta? Que profissão seguir? Qual rumo a ser tomado?

A primeira experiência com trabalho formal foi o Banco do Nordeste, como Bolsista de Nível Médio. Concomitante a este programa, o Banco também desenvolvia o Programa Jovem Aprendiz, o qual dava oportunidade a adolescentes da mesma faixa etária (entre 15 e 18 anos) e também cursando o Ensino Médio a trabalharem. Porém, havia algumas diferenças: os jovens integrantes do Programa Jovem Aprendiz eram, necessariamente, de baixa renda, estudando obrigatoriamente em escola pública. Além disso, os benefícios dos jovens aprendizes eram maiores do que os dos bolsistas: tinham carteira assinada, recebiam vale-transporte, podiam almoçar no Banco e uma parte do salário que recebiam era retida em uma poupança e entregue ao jovem no final do programa. Os bolsistas, ao contrário, não tinham nada disso, e ainda não têm.

A volta da pesquisadora ao Banco do Nordeste como Bolsista de Nível Superior, para supervisionar o renovado Programa Jovem Aprendiz¹, sob a responsabilidade da Célula de

¹ O termo “renovado” se deve ao fato de que, desde 2004, o processo seletivo do Programa não era mais da responsabilidade do Ambiente de Desenvolvimento Humano e sim da própria Entidade Assistencial cujos adolescentes estão vinculados e que o Banco mantém parceria.

Saúde e Qualidade de Vida, subordinada ao Ambiente de Desenvolvimento Humano, foi um fator preponderante, tanto para o amadurecimento profissional como pessoal. O ano era 2005 e se cursava o quinto semestre do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nesse momento, ainda não estava amadurecida a discussão sobre a juventude, mas essa experiência de estágio representou um salto qualitativo nesta trajetória.

Desde, então, todos os trabalhos e pesquisas realizados na graduação e na pós-graduação foram voltados para a juventude, todos envolvendo o tema Juventude e Trabalho, primeiramente voltados para as categorias de base do Fortaleza Esporte Clube, mas depois voltados para os Programas de Primeiro Emprego, por causa do estágio no Banco do Nordeste. Posteriormente, com o ingresso na Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, observando que nessa Instituição também havia um Projeto voltado para o primeiro emprego de jovens até 21 anos, teve a vontade de dar continuidade ao tema proposto, visto o grande interesse sobre o assunto.

Com base nestas questões, realizou-se um estudo sobre a categoria juventude e sua relação com o mercado de trabalho e com as políticas públicas voltadas para esta parcela da população, além de se discutir sobre a Legislação em vigor, sobre a Guarda Municipal de Fortaleza e sobre a relação desse jovem com a Segurança Pública. Com a pesquisa, almeja-se relacionar as categorias com a realidade do Programa na referida Instituição e com os jovens, especialmente por se tratar de jovens pobres, tão cheios de sonhos e com muita vontade de vencer na vida. Afinal de contas, a própria sociedade impõe que esses jovens, desde cedo, adquiram responsabilidades, especialmente financeiras.

Nos últimos anos, tem-se ouvido falar muito no discurso da “aborrecência” pelos adultos. Aliás, todos que foram jovens entre as décadas de 1960 e 1970, e hoje são pais de filhos nessa faixa de idade, já passaram por essa fase, em maior ou menor proporção, mas estiveram lá. E essa concepção de juventude, apesar de moderna, sofreu diversas transformações nos últimos tempos. Primeiro, porque os tempos são outros; segundo, porque os jovens também mudaram.

As políticas voltadas para o adolescente têm crescido desde meados do século XX, especialmente por ocasião do avanço industrial e da entrada da mulher no mercado de trabalho. E a situação do adolescente no Brasil e a sua relação com as Políticas Públicas estão

inseridas numa estrutura demarcada por acentuadas desigualdades, marcada pela exclusão da população do trabalho, dificuldade no acesso a bens e serviços e, em especial, pela participação cada vez mais freqüente de jovens em situações de violência, tanto como vítima quanto como agressor. A introdução do jovem no mercado de trabalho é uma questão crucial para nossa sociedade.

Com o avanço do neoliberalismo e o recesso econômico e social, tornou-se fundamental a inserção do jovem nesse mercado cada vez mais restrito e competitivo e que exige qualificação cada vez mais sofisticada. Os jovens têm, em geral, as piores funções e formas de trabalho, que pouco contribuem para sua empregabilidade futura. O trabalho para os adolescentes acaba se tornando um meio fundamental para sua manutenção e a de sua família, além de reconhecimento, autonomia e possibilidade de comprar bens de consumo.

É nesse contexto que surgem as leis que protegem os jovens no seu acesso ao mercado de trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei da Aprendizagem reforçam a idéia de que é preciso, muito além do que oferecer ao jovem o seu primeiro emprego de maneira condigna, instruí-lo para um aperfeiçoamento geral, no que diz respeito ao estudo, à cultura. Bem mais do que promover a intermediação da mão-de-obra, é necessário respeitar o adolescente como pessoa sujeito de direitos e em condição de desenvolvimento.

Diante desses fatos, a entrada do jovem precocemente – lê-se “precocemente” em relação ao adolescente de 14 a 17 anos – no mercado de trabalho não pode ser considerado positivo ou negativo sem antes se embasar em uma pesquisa. O trabalho do jovem pode ser um beco sem saída em relação ao seu futuro profissional ou pode se tornar uma experiência significativa para o jovem. É necessário, segundo Sarti (1999) analisar o jovem trabalhador, em seu universo social. Tendo em vista esse embasamento teórico, as perguntas que se fazem são as seguintes: o que esses jovens pensam do trabalho? Quais são as perceptivas desses adolescentes em relação a sua família, ao seu futuro pessoal e profissional?

Diante do exposto, pretendeu-se realizar uma pesquisa com os adolescentes que estão inseridos em um programa de aprendizagem profissional, mais conhecido como Programa

Primeiro Emprego². Esse tipo de programa tenta dar a oportunidade a jovens de ingressarem no mercado de trabalho, bem como promover-lhes cursos, além de integração. São jovens geralmente de baixa renda – por sinal, um dos requisitos para programas com esse objetivo é justamente renda per capita de até meio salário mínimo, estudantes de escola pública.

O objetivo (se é que pode chamar de objetivo, ou objetivos, na visão da autora, não pode se pensar nessa pesquisa com objetivos separados) primordial é verificar o desenvolvimento dos adolescentes, tanto no âmbito individual como social, quem sabe econômico, compreender qual o significado do trabalho e do Projeto em suas vidas, bem como avaliar a relação desses adolescentes com os servidores da Guarda Municipal e com os profissionais de segurança pública, de um modo geral. Tais adolescentes são participantes de um Projeto de inclusão no mercado de trabalho da Prefeitura de Fortaleza.

O Projeto escolhido foi o promovido pela Prefeitura de Fortaleza, conhecido como Projeto Adolescente Cidadão³. A escolha dessa problemática e desse campo deve-se ao fato da proximidade da autora com essa realidade e pelo fato do público pesquisado pertencer à instituição em que a mesma trabalha. A pesquisa foi realizada na Sede da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza⁴, que tem um total de 22 jovens trabalhando atualmente (ano de 2009) no Projeto.

Para realizar a pesquisa, foi necessário pensar qual a trajetória metodológica que seria seguida. Segundo Minayo (1994, p.16), metodologia é o caminho do pensamento e da prática exercidas na abordagem da realidade. No primeiro momento, além do estudo bibliográfico, foram coletados dados a respeito do cotidiano desses meninos dentro do local de trabalho, como, por exemplo, quem são os profissionais que acompanham os jovens no projeto especificamente dentro da Guarda Municipal de Fortaleza, local de realização da pesquisa⁵.

² Esse mesmo programa é também conhecido com outros nomes, como: Programa Agente Jovem, Programa Jovem Aprendiz, Programa Adolescente Trabalhador, Programa Adolescente Cidadão (sendo esse último o nome utilizado pela Prefeitura de Fortaleza).

³ O Programa Adolescente Cidadão da Guarda Municipal de Fortaleza é recente: somente foi intensificado na atual gestão da Prefeitura de Fortaleza nos moldes da Lei da Aprendizagem Profissional. Mais detalhes sobre o projeto no segundo capítulo.

⁴ No segundo capítulo, há um tópico sobre a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

⁵ Os jovens no projeto, dentro da Guarda Municipal de Fortaleza, são assessorados por duas assistentes sociais, duas estagiárias de Serviço Social, uma psicóloga e uma pedagoga.

Para coletar dados que satisfizessem as questões quanto aos próprios adolescentes (seu perfil, significado do trabalho, relação com a GMF), foi realizado um questionário para revelar o perfil dos adolescentes que estão no Projeto Adolescente Cidadão. Esse questionário foi elaborado de maneira que satisfizesse o objetivo, pois o tempo não demandava realizar entrevistas, sendo composto de perguntas fechadas e perguntas abertas, como percebido no anexo 2.

Houve, no entanto, dificuldades no decorrer da pesquisa. O projeto Adolescente Cidadão teve uma falha que mudou o rumo do estudo: a prefeitura não forçou em tempo hábil o vale-transporte para os adolescentes, tornando facultativa a ida ao trabalho. Diante do exposto, somente sete adolescentes trabalharam na GMF no decorrer do processo de campo.

Logo, a pesquisadora teve que fazer um esforço a mais para que sua pesquisa não se tornasse vaga demais. Foi necessáriopear os telefones de cada adolescente e fazer contatos para que pudesse realizar ao menos o questionário com todos. No decorrer do processo, houve a necessidade de ir até a casa de alguns; já com outros, houve contato por e-mail. Tudo para que tivesse êxito. No entanto, quando obteve-se as respostas de quinze adolescentes, optou-se pela parada no trabalho e a realização da tabulação dos dados mediante os quinze questionários.

Após a coleta de todo o material, foi feito um tratamento do mesmo para a utilização de dados precisos na pesquisa, porém enfáticos a respeito da realidade dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho através de um processo de aprendizagem profissional, a visão que os adolescentes têm da Guarda Municipal de Fortaleza e quais suas perspectivas de futuro. E isto porque o objetivo geral da pesquisa é interpretar e avaliar o trabalho para esses jovens, bem como a relação entre os entrevistados e os órgãos de segurança pública. Assim, buscou-se ter o cuidado de analisar o que estava além do colocado no papel. Apesar da proximidade da pesquisadora com o grupo pesquisado ter dificultado a imparcialidade, proporcionou também a obtenção de outros resultados. E os resultados dessa pesquisa, tanto a fase bibliográfica, onde se aborda a categoria juventude e suas relações com o trabalho e as políticas públicas, como a fase exploratória, encontram-se nos próximos capítulos.

2 Juventude e Trabalho: situando a problemática da pesquisa

2.1 A condição juvenil no presente: refletindo sobre as transformações sócio-históricas e culturais

Esta pesquisa pretende compreender e interpretar os significados do trabalho para os jovens que se inserem no mercado de trabalho formal, mediante o Projeto Adolescente Cidadão, da Prefeitura de Fortaleza, tendo como base uma investigação sobre o grupo de jovens da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) que vivenciam tal experiência. No entanto, para que se possa discutir a relação juventude e trabalho por meio de dados obtidos na pesquisa de campo, é necessário, primeiramente, situar a reflexão sobre a condição juvenil no contexto contemporâneo, suas relações com o mundo do trabalho, e com as políticas públicas, em especial, com as políticas de Primeiro Emprego, como proposto acima.

Como se caracteriza, então, a condição juvenil na atualidade? Essa categoria vem ganhando espaço e gerando debates entre estudiosos, que cada vez mais sinalizam para a dificuldade no que se refere à sua definição e aos sujeitos que a vivenciam. Afinal de contas, o que é juventude, o que é ser jovem nos dias de hoje?

Não existe, de fato, uma noção geral sobre juventude que seja válida em todas as épocas da história humana. Apesar de repetitivo, é necessário lembrar que a juventude passou a ser estudada como categoria social no meio do século passado, ou seja, é uma expressão que vem com a modernidade. E essa mudança no modo de se conceber tal categoria não veio por acaso: há uma série de fatos que influenciaram a visão que se tem de juventude hoje. Muitas mudanças vêm ocorrendo desde meados do século XX: quer econômicas, sociais, culturais ou políticas, no mundo do trabalho, quer no campo dos direitos e da cultura, até aquelas referentes às experiências e ações dos próprios jovens (ABRAMO, 2005).

A relação da categoria juventude com a modernidade não se dá por acaso. Antes, a passagem da infância para o mundo adulto obedecia a uma linha muito tênue, onde os homens, desde cedo, tinham responsabilidades e as mulheres, ainda muito jovens, geralmente com 15 anos, já estavam “aptas” para casarem e terem filhos, como era comum para o gênero feminino. Os jovens tinham desafios sociais diferenciados, pois o mundo adulto chegava

muito mais cedo para eles. No início do século XX, ser jovem era não ter função definida na sociedade. “Homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de juventude” (KEHL, 2004, p. 90).

Desde o seu “nascimento”⁶ até os anos 1960, a juventude ficou restrita aos jovens escolarizados de classe média, sendo entendida como uma moratória social, a saber: a existência de uma segunda etapa de socialização, um tempo maior de preparação para o mundo adulto, feita geralmente na escola, implicando na suspensão do mundo produtivo, ausência de responsabilidades e dedicação total para os estudos. Um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação e para o exercício futuro da cidadania (ABRAMO, 2005).

Com o “nascimento” dessa categoria, sob a ótica de uma moratória social, o trabalho passou por valores diferentes dos que se tem hoje. Esse “adiamento” era vivido na certeza de que, quando o jovem terminasse os estudos, teria lugar certo no mercado de trabalho. Era automático. Logo, a situação de moratória, mais do que fato, era aceitável, porque se vislumbrava certa garantia de uma fase adulta produtiva. Essa concepção privilegiava apenas as classes médias e altas, que podiam viver tal situação. Mais tarde, a juventude passa a ser estudada sobre as perspectivas das diferenças entre os grupos, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, culturais etc.

Antes que se considere essa etapa como algo que é vivido por todos os jovens de maneira igual é relevante se refletir até que ponto essa condição juvenil, como sendo uma segunda etapa de preparação para o mundo adulto, não foi, e não continua a sê-lo, uma realidade para todos. E até que ponto todos os jovens vivenciam tal condição? Abad (2003) faz uma distinção entre *condição* (o modo como uma sociedade constitui e atribui significados a esse momento da vida, alcançando uma abrangência maior) e *situação* juvenil (o modo como tal condição é vivida a partir de diversos recortes referidos às diferenças sociais, como classe gênero, raça etc). Abramo (2005) afirma que agora é necessário pensar em *juventudes*, no plural, para que não se esqueçam as diferenças e as desigualdades vivenciadas nessa condição.

⁶ Expressão citada por Abramo (2005), não para referir o nascimento da juventude propriamente dito, mas o nascimento na nova concepção da mesma, como colocado anteriormente.

Essa fase de adiamento para a entrada no mundo adulto trouxe conseqüências: aparece o que se vai chamar, em meados do século XX, de adolescência. Com o estreitamento da infância e a extensão da juventude⁷, essa fase da vida passou a ser alvo da atenção dos estudiosos. A compreensão de que os adolescentes são pessoas em desenvolvimento modificou a concepção de pesquisadores que começaram a estudar esse fenômeno. Assim, observou-se a adolescência como sendo, muito mais do que uma faixa etária, um estilo de vida, almejado, inclusive, pelos adultos, como afirma Calligaris (2000).

Porém, essa categoria que nem saiu totalmente da infância, nem está totalmente inserida no mundo adulto, busca meios de reconhecimento, não só perante os adultos, mas perante a si próprios e perante os seus colegas de grupo. Para Morin (2003), a adolescência não constitui uma categoria antropológica constante, sendo que houve civilizações sociologicamente sem adolescência. Esta, ainda segundo o autor, só pode haver caso se desenvolva uma cultura que não esteja engajada na ordem social adulta, que, por sua vez, também passa por um conceito de moratória, renovada a partir dessa perspectiva da “cultura adolescente”⁸. Contradizendo com a maturação do corpo, a maturação social ainda não é considerada satisfatória (MORIN, 2003).

E essa cultura adolescente é estampada pelo mercado. A publicidade, notoriamente voltada para o público juvenil, enfatiza a necessidade de que, para o jovem se afirmar, tem que possuir as mesmas coisas que seus pares. O mercado conseguiu aproveitar bem as transformações ocorridas na juventude nas últimas décadas e fez dessa categoria um símbolo do consumo. Consumo, como coloca Costa (2004), não no sentido de necessidades biológicas, inerentes a qualquer sujeito, mas de necessidades sociais, onde aí se revela um grande abismo entre as pessoas. Os produtos adquiridos são sinônimos de *status*, passando a significar identidade pessoal, onde a posse e o consumo dos objetos tornam-se um meio de realização pessoal.

⁷ Algumas pesquisas já apontam que a juventude vai dos 14 aos 24 anos, sendo que em alguns países, o arco considerado pode chegar aos 29 ou até mesmo aos 35 anos (ABRAMO, 2005).

⁸ Para Morin (2003), o desenvolvimento da cultura adolescente está ligada a uma conquista de autonomia no seio da família e da sociedade. A aquisição relativa de autonomia monetária e de relativa liberdade no seio da família permitem-lhes adquirir material que lhes insuflará a cultura. Em contrapartida, não satisfeitos com a semiliberdade adquirida, fazem crescer neles a contestação ao mundo adulto.

Dissemina-se, então, a idéia de que a cultura de consumo faz parte da identidade pessoal da maioria da sociedade, incitando os jovens, independentemente de condição social, muitas vezes a todo custo, a quererem as mesmas coisas que são vendidas nas propagandas. Oliveira (2001) coloca que de um lado, há evidências a um incômodo “sem-lugar”, fazendo com que eles desejem ser reconhecidos socialmente. Por outro lado, há o desejo de auto-afirmação do tipo individualista, predominante no Brasil contemporâneo que, segundo a autora, está com cerca de 51 milhões de adolescentes que se encontram em meio ao acirramento das desigualdades sociais.

Diante das considerações colocadas e observada a visibilidade dos jovens nas décadas anteriores, no Brasil, por volta dos anos 80, houve uma preocupação com crianças e adolescentes em situação de risco, culminando com a criação do Código de Menores⁹, em 1979 e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰, em 1990, como resultado de uma mobilização em defesa dos direitos dessa categoria. Entretanto, essa perspectiva deixou à margem das ações os “jovens propriamente ditos” (ABRAMO, 2005). A percepção de juventude como uma fase que ultrapassa o limite dos 18 anos previsto no ECA só ganhou força a partir dos anos 1990, quando essa questão foi colocada em debate, especialmente pelo reconhecimento de problemas que afetam a juventude, como saúde, violência e desemprego (SPOSITO, 2003).

A concepção de juventude também sofreu modificações em razão de transformações no comportamento dos próprios jovens, como colocado anteriormente, desvinculando-se da concepção clássica de moratória social, ou seja, um período de espera, adiamento e privações

⁹ O Código de Menores foi criado em 1979, visando uma atenção especial somente ao público infanto-juvenil pobre, abandonado, carente ou infrator, que deixava pouco espaço para uma participação mais ativa da sociedade. Pela primeira vez falou-se na expressão “menor” para caracterizar essa parcela da população.

¹⁰ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - ou a lei 8.069 - foi aprovado em 13 de julho de 1990. Veio a proteger, integralmente, a criança até 12 anos de idade e o adolescente de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, os jovens na faixa etária entre 18 e 21 anos. Desde sua criação, o ECA influencia as práticas educativas dirigidas às crianças e aos jovens. Com 267 artigos que garantem os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, como a família, o Estado ou a comunidade, o ECA é dividido em dois livros: o Livro I que compreende do art. 1º ao 85º que trata das regras para procederem quanto à vida, à educação, à saúde, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar, ao esporte, à cultura e ao lazer, ao trabalho, e prevenção à ameaça e violação de direitos, ou seja, dos direitos da cidadania das crianças e adolescentes, desde a gestação até os 18 anos; e o Livro II compreendendo 181 artigos (dos arts. 86 a 267) enfocando as normas a serem utilizadas para aqueles que estiverem em conflito com a Lei, e/ou como ter acesso ao Estado brasileiro, sem abuso ou omissão, das garantias desses direitos.

para se ganhar experiências e poder enfrentar o mundo adulto. Não mais adiamento e suspensão, mas sucessivos processos de inserção em várias dimensões da vida (ABRAMO, 2005). Os meios de sociabilidade existentes para além da família, enquanto instituições de passagem para o mundo adulto, como as escolas e os grupos sociais, passaram a ser espaços onde os iguais se encontram e partilham experiências. Dayrell (2005) afirma que o grupo é o espaço no qual os jovens podem falar de si mesmos, ao mesmo tempo servindo de espelho para a construção de identidades individuais.

Atualmente, concebe-se a idéia de que a juventude é uma categoria com interesses e necessidades próprias, tendo sentido em si e não na perspectiva de se tornar adulto, visto que, de acordo com Guerreiro e Abrantes (2005), encontram-se cada vez mais pontos de convergências entre as formas de ser jovem e viver a transição para a fase adulta em diferentes sociedades, graças à globalização e à disseminação das informações. Segundo os autores, as transições para a vida adulta não são mais um momento de passagem, mas sim um percurso, um espaço para a produção e reprodução de práticas específicas, não necessariamente voltadas para ser adulto. Constitui-se, por si próprio uma fase da vida, marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias. Assim, tornar-se adulto não requer uma espera, e sim uma série de experiências.

E a condição juvenil na contemporaneidade transformou-se à medida que ocorreram mudanças nas trajetórias de inserção no mundo adulto, tais como: a dilatação do período escolar, a alta competitividade no mercado de trabalho e a escassez de empregos. Mais do que isso: a pouca confiança nas instituições do mundo adulto parece não satisfazer os jovens com relação à perspectiva de futuro. A onda jovem está cada vez mais abrangente e atual. Apesar das experiências juvenis burguesas ainda funcionarem como padrão ideal, em torno do qual têm sido avaliadas as possibilidades de outros setores sociais de acender a esta condição de “viver a juventude” (ABRAMO, 2005), é inegável que os jovens, tanto do meio urbano quanto do rural, independentemente da classe social, têm entrado em um processo de vinculação com a categoria social, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias. Os próprios jovens de setores mais populares sentem-se à vontade para se pronunciarem a respeito de sua experiência como jovens e expressarem como desejam viver essa etapa da vida. Este processo Abad (2003) vai chamar de *desinstitucionalização da juventude*, ou de reconhecimento dessa nova cultura juvenil, que se deve a alguns fatores, dentre os quais destacam-se:

- A crise na família tradicional e a multiplicação de novas formas de família, com novas concepções no relacionamento entre pais e filhos;
- O esgotamento da ilusão da mobilidade e da ascensão social que se depositou na expansão da educação secundária e universitária;
- A emergência intensa de novos atores sociais, entre eles os jovens, que têm pressionado por políticas públicas, reformas legislativas e novos contratos sociais para que se reconheça a nova condição juvenil;
- O quase desaparecimento da infância e uma adolescência que começa cada vez mais cedo, juntamente com uma juventude mais prolongada;
- A relativização da cultura do salário e do emprego, dificultando a transição para o mundo adulto, através de sua inserção no mercado de trabalho, tornando-a descontínua e indeterminada, o que prolonga sua dependência perante os pais e a sociedade;
- A emergência de novas formas de *aldeia global*, através da influência dos meios de comunicação, fornecendo as características de uma cultura juvenil pautada em nível universal, contradizendo com a cultura tradicional de instituições de transição: família, escola etc.

Em razão desse processo de desinstitucionalização, têm surgido possibilidades de se viver essa etapa de uma forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores, devido a fatores já especificados acima, como a desvinculação da moratória social. Observa-se a extensão da juventude, tanto em relação à duração no ciclo, quanto na referência dessa extensão nos vários setores sociais. Essa nova condição juvenil dá-se em meio à crise das instituições adultas consideradas hegemônicas, ao não cumprimento das promessas desse mundo, que se caracteriza:

por uma forte autonomia individual (...), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade. (ABAD 2003, p.25)

Contudo, a chamada desinstitucionalização da juventude não pode ser vista somente sob a ótica de que tal categoria se basta. Muitos jovens levam em conta os valores da escola, da família, apesar de hoje em dia essas duas instituições não serem as únicas formadoras do jovem. Enfim, a juventude moderna não precisa mais esperar para entrar no mundo adulto e

“começar a viver”: agora a sociedade já aceita os novos rumos que tomou essa categoria, ser jovem é bom e tem seu significado, contudo esse mesmo jovem, apesar de moderno, ainda se prende a valores tradicionais, que embasam sua vida. Cardoso e Sampaio (1995) colocam que a juventude é discutida de forma cada vez menos genérica, só podendo ser entendida de forma específica, não por priorizar grupos particulares, mas por trabalhar mediante as questões contemporâneas. Que questões seriam essas?

A pesquisa realizada pelo Projeto Juventude¹¹, entre novembro e dezembro de 2003, nos dá uma amostra de qual seja o perfil da juventude no Brasil, explicando algumas questões, como, por exemplo, quais são os problemas que mais preocupam os jovens. Como se pode observar, há uma pequena margem de diferença quando se separa os grupos por escolaridade e por renda, como apontado no Quadro 01. As principais respostas foram¹²: 55% apontaram como problema que mais os preocupa a segurança; 52% se referiram a emprego/profissional; 24% assinalaram as drogas; 17% indicaram a educação; 17% apontaram a saúde.

Quadro 01: Problemas que mais preocupam, de acordo com escolaridade/renda

Problemas	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Ensino Superior	Até 2 salários	Entre 2 e 5 salários	Entre 5 e 10 salários	Mais de 10 salários
Segurança/ violência	25%	28%	28%	26%	26%	27%	37%
Emprego/ Profissional	26%	26%	20%	28%	24%	17%	17%
Drogas	7%	8%	10%	7%	8%	12%	6%
Educação	5%	7%	9%	6%	7%	7%	8%

Fonte: Branco (2005), Perfil da Juventude Brasileira

Outra questão da pesquisa refere-se ao assunto que mais interessa aos jovens. De acordo com o Quadro 02, há uma diferença entre os sexos quanto ao grau de importância dos

¹¹ Pesquisa intitulada “Perfil de Juventude Brasileira”(2003/2004), iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, realizada sob a responsabilidade técnica da *Criterion* Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em Outubro de 1999 pelo núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (BRANCO, 2005).

¹² Os jovens foram convidados a listar, por ordem de importância, até três problemas que mais os preocupavam. Os resultados foram colhidos e somados.

assuntos relacionados, especialmente educação, emprego, esportes, saúde e segurança. Dentre as respostas mais citadas: 38% escolheram a educação; 37% apontaram emprego/atividades profissionais; 27% responderam cultura/lazer; 21% se referiram esportes/atividades físicas; 20% indicaram relacionamentos amorosos:

Quadro 02: Assuntos de maior interesse x gênero

Assuntos	Total	Homens	Mulheres
Educação	38%	34%	42%
Emprego/Profissional	37%	43%	32%
Cultura/Lazer	27%	27%	27%
Esportes/atividades físicas	21%	36%	5%
Relacionamentos amorosos	20%	25%	14%
Família	16%	14%	19%
Saúde	13%	8%	18%
Segurança/Violência	10%	6%	15%
Governo/Política	7%	8%	6%
Drogas	7%	4%	9%
Sexualidade	7%	6%	8%

Fonte: Branco (2005), “Perfil da Juventude Brasileira”

Conforme os dados, o emprego aparece entre os temas mais apontados pelos jovens, tanto no que se refere aos seus principais problemas, quanto em relação ao assunto que mais os interessa. O trabalho, enfim, faz parte do momento de sua socialização e de sua afirmação como sujeitos, quer perante os parentes e amigos, quer em relação a sociedade de mercado. Agora, não só os jovens das camadas populares almejam a inserção no mundo do trabalho, até porque não se tem mais a garantia de emprego quando se conclui os estudos, como se pressupunha há décadas atrás. Então, começar a trabalhar desde cedo daria experiência para enfrentar com certa vantagem, o mercado. Contudo, não está somente nas mãos dos jovens a sua colocação no mercado de trabalho.

Diante disso, o valor do trabalho extrapola o círculo da necessidade familiar. Os jovens querem entrar no mercado de trabalho desde cedo não necessariamente porque precisam sustentar a si próprios ou às suas famílias. Independentemente da classe social, os jovens se vêm dentro de uma sociedade, onde o melhor é se sentir incluído, ou pelo *status*

que o trabalho pode trazer, ou pelo prazer que o consumo pode proporcionar. Esse mercado competitivo e a atual relação deste com a população juvenil (em especial a parcela pertencente às classes populares, que são as que mais sofrem com o desemprego) será tema da próxima discussão.

2.2 Relacionando Juventude e Trabalho

Historicamente, considerava-se o trabalho como um rito de passagem da infância para a vida adulta, quando se tornava necessário ter responsabilidade. O trabalho, então, tinha um valor social, capaz de ocupar o tempo ocioso dos jovens e, ao mesmo tempo, introduzi-los precocemente no mercado de trabalho e no mundo adulto. Vale lembrar que, desde cedo, nas camadas mais populares, o trabalho de crianças e adolescentes, muitas vezes, foi e ainda é estimulado pelos próprios pais.

O homem é fruto de um processo histórico que se dá a partir de sua inserção no mundo das relações sociais (BESSA, 1995), mas antes disso, ele tem necessidades básicas, de consumo, como abordado no item anterior. Além do consumo básico, como comer e se vestir, há as necessidades materiais, provenientes de sua inserção nas relações de produção. Nesse sentido, o trabalho acaba sendo a porta de entrada para a obtenção de produtos de consumo. Muito além da intenção de adquirir objetos, há também a satisfação pessoal de estar trabalhando, como um indivíduo que faz parte do mundo, ativo, capaz. Estar inserido no mercado de trabalho é ter um lugar no mundo.

Contudo, a inserção no mundo do trabalho foi ficando cada vez mais difícil. No início do século XX, o Brasil passou por transformações no âmbito econômico e social. O país saía do seu regime oligárquico, que duraria até 1930, seguido por 15 anos do Governo de Getúlio Vargas. Entrou um governo liberal, “democrático”, e favorecendo a industrialização, que mais tarde teria impulso no governo de Juscelino Kubitschek, em seu famoso slogan “50 anos em 5”. Posteriormente, o país sofreria política e ideologicamente com 20 anos de ditadura militar, mas, ao mesmo tempo, o governo ditatorial, na intenção de minimizar os conflitos na época, no verdadeiro estilo “Pão e circo”, assumiu o controle do Estado e “cuidou” da população mais carente.

No final da década de 1980, explode uma crise que tem início na década anterior em todo o mundo. Essa crise levou o Brasil a uma profunda transformação, ligando-o mais ao capital internacional, fato que marcou toda a década de 1990. A partir de então, o Brasil passa por uma crise econômica, que tem impacto no desemprego¹³ e na precarização¹⁴ do trabalho, adquirindo novas características estruturais, como: “aumento das taxas de desemprego de longa duração, do desemprego feminino, de desemprego aberto e a crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho, situações antes desenvolvidas com mais nitidez nas economias centrais” (SILVA, 2000). As situações de pobreza e de desigualdade social fazem com que o Estado, em seu papel regulador, forme uma nova organização de reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias (ALENCAR, 2004).

O desempenho crescente da economia no Brasil veio junto com uma crise no mercado de trabalho, especialmente o formal, trazendo uma série de transformações nos contratos de trabalho, desde empregos sem carteira assinada, trabalhos autônomos, até trabalho temporário e terceirizado. De acordo com Pereira (2004), a expansão do consumo de massa entrou em declínio, e, da mesma forma, o compromisso estatal com o pleno emprego, com a segurança no trabalho, com a oferta de políticas sociais universais e com a garantia geral de estabelecimento de um patamar mínimo de bem-estar, vem se desfazendo a passos largos. Os diversos níveis de emprego repercutiram na renda familiar, levando a uma desigualdade nos salários e ao aumento das famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza. Nesse contexto, redimensionou-se o papel da família, tanto nas políticas sociais, como com a entrada de todos os membros da família no mercado de trabalho, deixando a figura do “provedor” de lado.

No Brasil, de fato, a família sempre teve um papel importante na formação e inclusão do indivíduo. Nela estão inseridas as relações de trabalho, de consumo e a necessidade de

¹³ O desemprego estrutural afeta o moderno estilo de vida de duas formas. Uma delas é a retirada ou afastamento do mercado de consumo de um número crescente de indivíduos. Vale dizer que, num estilo de vida em que o consumismo e a exacerbação dos valores materiais são características marcantes, o afastamento do mercado de consumo não é um fenômeno de importância secundária. A outra forma refere-se ao fato de que esta crise abala um dos valores estruturantes da modernidade: a ética do trabalho.

¹⁴ O controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado. Países como o Brasil, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, etc. Os jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e ficam sem perspectivas de emprego, engrossam as fileiras dos trabalhos precários ou dos desempregados. (ANTUNES e ALVES, 2004)

todos os membros terem uma ocupação para ajudarem na renda familiar. Alencar (2004) argumenta que, no quadro de crise econômica e da evidente retração do Estado da esfera social, ressurgem os discursos e as práticas de revalorização da família que, fundamentados na concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos. Nisso, coloca-se a família como solução, inclusive, para as questões de ordem pública.

Diante de condições adversas é na família que as pessoas tendem a buscar soluções. Na análise atual, a família tem, cada vez mais, um papel importante na realidade social. Ela sempre foi um agente impulsionador da conquista da cidadania, apesar de se perpetuarem a pobreza e a miséria em algumas instituições familiares. Alencar (2004) ressalta a importância da família se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que levem em consideração as novas configurações da questão social no país. A partir do momento que a instituição familiar não consegue cumprir suas funções em relação aos seus membros, torna necessária a implantação de iniciativas públicas, e até privadas, que atendam suas demandas. E o processo de concentração de renda familiar fica mais desigual quando são levados em consideração os grupos étnicos, como enfatizado na amostra que foi investigada da pesquisa intitulada “Perfil da Juventude Brasileira”.

Quadro 03: Distribuição de Renda familiar x Raça

Renda	Total	Brancos	Pardos	Negros	Indígenas	Outras
Sem renda	1%	1%	1%			
Até 2 salários mínimos	43%	36%	46%	51%	50%	59%
Mais de 2 salários	31%	32%	30%	30%	27%	20%
Mais de 5 salários	9%	11%	8%	5%	6%	11%
Mais de 10 salários	5%	7%	4%	3%	2%	4%
Não responderam	11%	13%	11%	11%	15%	6%

Fonte: Sposito (2005), “Perfil da Juventude Brasileira”

O quadro 03 demonstra que é maior o número de famílias pardas, negras e indígenas que possuem até dois salários mínimos e mais de dois salários, sendo, ao contrário, o número maior de brancos que têm renda de mais de cinco salários mínimos.

Como o sustento da família passa a depender da inserção de todos no mercado de trabalho, os jovens estão cada vez mais em busca de se sentirem incluídos na sociedade, através do ganho material. Contudo, essa inserção não se deu exclusivamente pela necessidade de aumentar a renda familiar. Em várias camadas sociais, como analisado anteriormente, o jovem sentiu necessidade de sentir incluído na nova cultura juvenil. Enfim, atualmente, a valor do trabalho para a juventude se dá também pela garantia de *status*, independentemente de como será usada a remuneração.

Neste sentido, os jovens vêm cada vez mais se inserindo na População Economicamente Ativa (PEA). Novaes (2003) relata que nos países avançados é cada vez mais tardio o ingresso do jovem no mercado de trabalho, e dá o exemplo da França: enquanto lá, de cada dez jovens entre 15 e 24 anos, dois estão no mercado de trabalho, aqui no Brasil, esse número sobe para sete.

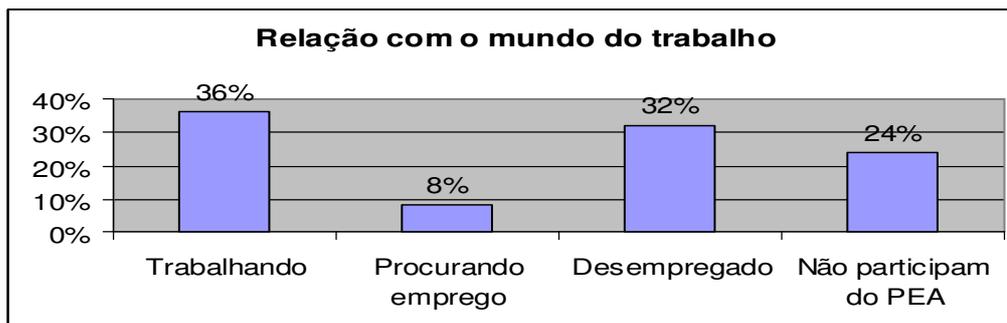
O trabalho para esses jovens acaba se tornando um meio fundamental para sua manutenção e a de sua família, além possibilitar reconhecimento, autonomia e acesso aos bens de consumo. Geralmente, o trabalho se dará para aqueles que necessitam de dinheiro. Inclusive os pais vêem o trabalho como uma forma de seus filhos não ficarem ociosos e levarem dinheiro para casa. Há um consenso de que o jovem quer se empregar logo, tendo o trabalho uma centralidade referencial. Sarti (1999) coloca a importância do trabalho dos filhos para a família que, além da poderosa associação, presente no imaginário social, entre rua, droga e criminalidade, o trabalho:

muito além de ser instrumento essencial da sobrevivência material, constitui um valor moral. Assim, tendo como pano de fundo esta identificação do trabalho com o mundo da ordem que o torna fonte de superioridade moral – identificação presente em sua concepção do trabalho genericamente falando -, é que se valoriza na família também o trabalho dos filhos. (SARTI 1999, p.40)

Iamamoto (2005) argumenta não ser possível desconhecer a crescente diferenciação ou heterogeneidade das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras, ante a tendência de retração da demanda do trabalho industrial e agrícola e o crescimento relativo da capacidade de absorção do setor de serviços, aliando-se o significativo aumento do contingente de mulheres, jovens e crianças que passaram a integrar a população

economicamente ativa. Desde a Revolução Industrial, crianças e adolescentes trabalhavam nas indústrias para ajudarem na renda familiar. No decorrer dos séculos, essa parcela da população, especialmente das classes mais baixas, costumava trabalhar, com o mesmo objetivo de antes: aumentar a renda. Porém, esses objetivos foram se modificando, ou aumentando, ao longo das décadas. Com o aumento de estudos sobre crianças e adolescentes no mercado de trabalho, passou a ser observado, além da idade dos jovens trabalhadores, a qualidade desse emprego. A mesma pesquisa citada anteriormente e analisada no artigo de Abramo (2005) intitulado “Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo”, realizada com jovens entre 15 e 24 anos, dá uma demonstração sobre a relação entre juventude e trabalho no Brasil. De acordo com a amostra investigada, mais de 3/4 dos jovens já se encontram na PEA, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Relação do jovem com o mundo do trabalho



Fonte: Abramo, 2005, “Perfil da Juventude Brasileira”

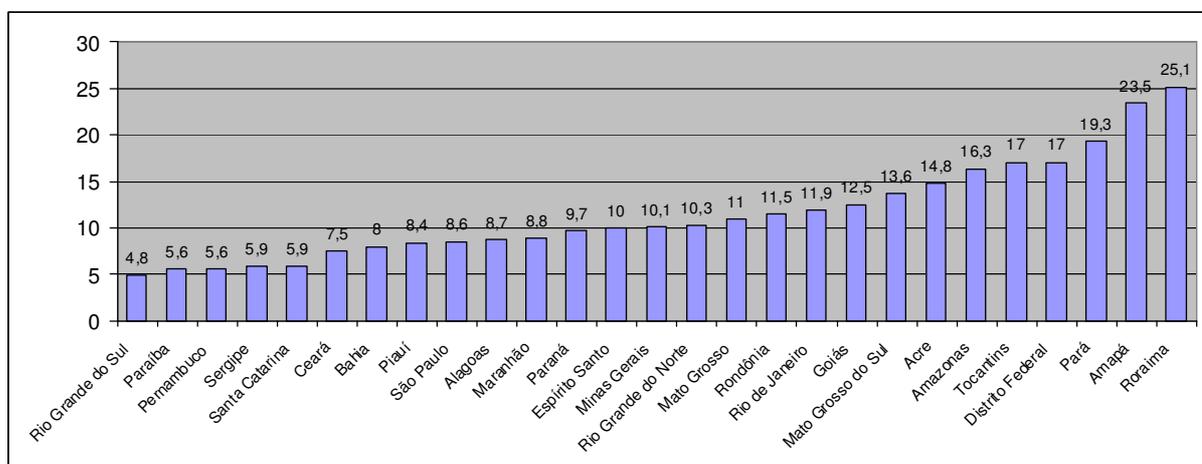
Tendo por base as condições de trabalho, 31% dos jovens trabalham com carga horária de mais de oito horas por dia; 63% trabalham na informalidade, ou seja, sem os direitos trabalhistas garantidos; 30% ganham um salário mínimo ou menos por mês e apenas 11% têm remuneração acima de dois salários mínimos. A pesquisa também constatou que quanto menor a idade, maior a informalidade e menor também a remuneração: 88% dos adolescentes que trabalham estão na informalidade e 45% ganham até meio salário mínimo. Outro dado importante foi quanto à escolaridade: a informalidade no trabalho salta de 33%, entre os jovens com nível superior, para 87% para jovens que têm até a quarta-série do ensino fundamental.

Fica evidente, portanto, que, muito além do processo de desigualdade social acelerado, a relação entre juventude e trabalho também se processa no nível de escolaridade. E mais, se

for levado em consideração o recorte de gênero, a tendência de piores empregos e menores remunerações é grande: enquanto 36% dos rapazes que trabalham ganham até meio salário mínimo, esse número salta para 59% no caso das mulheres.

Outros dados da pesquisa mostram que nem sempre é a necessidade financeira da família como um todo fator preponderante para os jovens a procurarem emprego: dos que não são chefes de família, somente 6% dão todo o seu salário para a família e 31% ficam com o dinheiro só para si. E a condição de estar ou não desempregado é essencial para a avaliação se é bom ou não ser jovem: hoje, é mais a falta de inserção no mundo do trabalho do que o fato de estar trabalhando o que mina a sensação de viver a juventude (ABRAMO, 2005). E mais: quando perguntados aos jovens quais os direitos que eles consideram mais importantes, a resposta indica que a maioria – no caso 55% - aponta os direitos individuais, como a liberdade (25%) e a igualdade (14%); e em segundo lugar – logo abaixo, com 43% - aparecem os direitos sociais, sendo que o primeiro é o emprego (15%) seguido pela educação (12%) e pela saúde (6%). De acordo com um estudo da PNAS (2004), dos 5,4 milhões de crianças e adolescentes ocupados, em 2002, 41,8% estavam em atividades não remuneradas, 36,1% estavam empregados, 9% eram trabalhadores domésticos, 6,7% trabalhavam por conta própria e apenas 0,1% eram empregadores. No Nordeste, as crianças e os adolescentes ocupados em atividades não remuneradas representavam 56,5%. O gráfico abaixo, retirado da PNAS, mostra o percentual de crianças e adolescentes ocupados em cada estado.

Gráfico 2: Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, ocupadas, trabalhadores domésticos, segundo Unidades da Federação – 2002



Fonte: IBGE – PNAD – 2002, apud PNAS (2004)

O trabalho já é uma realidade para a maioria dos jovens brasileiros, conforme se demonstram nas pesquisas, além de ser fonte de grande importância e, ao mesmo tempo, de preocupação. Está entre os jovens a maior parcela de desempregados do país: para os integrantes da PEA, a proporção de desempregados é de 3 jovens para 1 adulto, em condições precárias, na maioria dos casos. O jovem introduzido no mercado de trabalho, sem as condições mínimas para o seu desenvolvimento psicossocial, corre o risco de sofrer danos no futuro. Sua mera colocação no mercado de trabalho, além de não trazer os benefícios esperados, pode acarretar prejuízos quanto ao seu desenvolvimento físico, psíquico e afetivo. Essa concepção, aliás, é nova: veio juntamente com o “descobrimento” da adolescência como fase de desenvolvimento; em meados do século XX. Portanto, é neste momento que se deu início à preocupação com o trabalho, agora, “precoce”. Oliveira (2001) relata as condições do adolescente trabalhador no Brasil: “na década de 92, o número de adolescentes que trabalhavam e estudavam cresceu 9,6%”, afirma. Ela ainda coloca que, sem chances, os adolescentes não podem ascender socialmente:

A baixa escolaridade e o desemprego ou subemprego, tornam-se obstáculos concretos de mobilidade social destes adolescentes perpetuando-os nos interstícios da cidade oficial e, conseqüentemente, diminuindo suas chances de reconhecimento social pelo trabalho, que ainda se constitui no referente central de cidadania em nossa sociedade. (OLIVEIRA, 2001, p.52)

Diante desses fatos, a entrada do jovem, precocemente¹⁵, no mercado de trabalho não pode ser considerada positiva ou negativa sem antes se embasar em uma pesquisa. O trabalho do jovem pode ser um beco sem saída em relação ao seu futuro profissional, ou pode se tornar, como afirma Sarti (1999), “uma experiência significativa para o jovem”. É necessário, ainda segundo a autora, analisar o jovem trabalhador, em seu universo social. Alguns autores, como Leite (2003), colocam que não se deve mais enfatizar o trabalho como atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão, mas como um componente essencial da formação do jovem como indivíduo e cidadão.

¹⁵ É importante entender o termo “precoce”. Os autores tendem a identificar como entrada precoce no mercado de trabalho crianças e adolescentes, mas não especificam a idade. Contudo, o ECA define que é permitido o trabalho a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz. Colocaremos, então, como entrada precoce no mercado de trabalho, para efeitos nessa pesquisa, crianças e adolescentes até 14 anos.

Contudo, deve-se levar em consideração que a juventude não é um grupo homogêneo. Trata-se de *juventudes*, no plural que têm perspectivas diferentes. Silva (2000) coloca que o desemprego entre os jovens não afeta a todos de modo igual, mas está fortemente marcado pelas desigualdades sociais. Considera-se, de acordo com Guimarães (2005), distintas formas de socialização profissional relativas aos diversos grupos de jovens, diferenciados por sua origem social, racial, étnica ou mesmo por sua escolaridade. A parcela que mais sofre com a falta de oportunidade é aquela oriunda das camadas populares, sem condições de especialização. Trabalhar, para esse grupo, torna-se fundamental, muitos começando cedo demais. Alguns procuram os meios mais adversos para se incluírem nesse mercado tão competitivo, trabalhando informalmente, sem direitos trabalhistas, muitas vezes abandonando os estudos. Outros são inseridos por meio de programas que apóiam o primeiro emprego do adolescente. Essa outra face da realidade não é para todos.

Outra pesquisa, intitulada “Cultivando Vidas”, coordenada pela UNESCO¹⁶ revela que, de acordo com as respostas dos jovens da amostra empregados, são comuns as críticas às relações de trabalho, à remuneração, pois eles consideraram que o trabalho atual pouco contribui para suas vidas. Reclamam da falta de reconhecimento profissional e de oportunidades de mobilidade na atividade que realizam. Ainda segundo os entrevistados, as dificuldades mais comuns para os jovens conseguirem emprego são: 1 - A alegação da falta de experiência por parte dos empregadores; 2- A exigência do Ensino Médio e de conhecimentos de informática; 3 - A falta de preparo escolar para a competição do mercado; 4 - A discriminação por residirem em comunidades periféricas; 5 - O preconceito racial.

A entrada do jovem no mercado de trabalho já é uma realidade, na medida em que se tornou muito mais do que necessidade: tornou-se significativo. A nova condição juvenil aponta para sucessivas experimentações para se chegar a idade adulta, sendo o trabalho uma delas. Não se pode negar a importância dessa tendência, fundamental para o amadurecimento do jovem. O que deve ser observado é a maneira como esses rapazes e moças ingressam no mercado. Não se trata da busca pela retirada dessa parcela da população na PEA, e sim por políticas públicas que lhes garantam direitos trabalhistas e a entrada digna no mercado de trabalho.

¹⁶ Dados extraídos do artigo “Jovens em Situações de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violência” da autoria de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2002).

Com a intenção de dar possibilidade para uma qualificação profissional e um engajamento no mercado de trabalho, surgem as leis e políticas públicas que protegem os jovens no seu acesso ao mercado de trabalho. Porém, é bom enfatizar que só a inserção não garante a integração. Uma política pública de emprego implica em ações que não visem somente sua entrada no mercado de trabalho, mas que proporcionem dignidade e cidadania.

2.3 Um enfoque nas políticas públicas de juventude e nas Políticas de Primeiro Emprego

Vive-se no Brasil hoje em verdadeiro ‘apartheid’ entre ricos e pobres. Não se percebe, mas este ‘apartheid’ é notório, especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídos não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade. A pequena população rica vive em bairros que são verdadeiros condomínios fechados com todos os bens e serviços disponíveis (GENEY M. KARAZAWA TAKASHIMA, 2004, p.96)

As políticas públicas são consensualmente vistas como um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto, tendo como traço caracterizador a presença do Estado na definição, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que sua realização ocorra com algumas parcerias.

Historicamente, as políticas públicas constituíram um dos grandes campos de atuação dos assistentes sociais, e tanto trabalhadores, formais ou informais, quanto os excluídos do sistema de produção recorrem aos serviços sociais (BESSA, 1995).

No Brasil, o aparecimento das políticas públicas só foi notório no século XX. Para Behring e Boschetti (2007), as relações tipicamente capitalistas se desenvolveram no Brasil de forma bem diferente dos países desenvolvidos, cuja Revolução Industrial aflorou no século XVIII, acarretando o surgimento e o desenvolvimento das políticas. E citam Caio Prado Júnior (1991), no sentido de identificar quais são essas particularidades. A primeira seria o processo de colonização no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, servindo para a acumulação de capital nos países centrais e da notória dependência do Brasil, ou seja, “uma sociedade e

uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos” (IANNI, 1989, *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2007). A segunda foi o peso de escravidão na sociedade brasileira, sendo o maior exemplo desse peso a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país. O terceiro foi, e continua sendo, o desenvolvimento desigual e combinado, configurando-se como uma formação social irregular, um caleidoscópio de muitas épocas (IANNI, 1992 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2007). A questão social, então, só se colocou como questão política no século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho.

Com o objetivo de modificar, ou pelo menos amenizar, o quadro de pobreza e vulnerabilidade da população a qual atende, as políticas públicas têm sido alvo de acomodação das relações entre Estado e sociedade, além de outras características, de acordo com Bessa (1995):

- Historicamente marcadas pelo assistencialismo e clientelismo que subsiste até os dias de hoje;
- Nem sempre possuem respaldo profissional e científico;
- Evidenciam, muitas vezes, amadorismo, resultante de um caráter assistemático e descontínuo, provocando maior insegurança ao beneficiário;
- São fragmentadas e muitas vezes expressam ausência de unidade nos programas, o que provoca superposição de objetivos;
- São, em geral, setORIZADAS, centralistas e institucionalizadas, elegendo o indivíduo em detrimento da coletividade;
- Possuem rigidez burocrática, sobretudo pela escassez de recursos para o social que restringem a ampliação dos programas.

Em se tratando de juventude, a configuração das políticas públicas se deu mais tardiamente, em meados do século XX, quando do avanço industrial e da entrada da mulher no mercado de trabalho¹⁷, inseridas numa estrutura demarcada por acentuadas desigualdades, pela exclusão da população do trabalho e pela dificuldade no acesso a bens e serviços. O

¹⁷ Após a Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade da mão-de-obra feminina nas fábricas, impactando a relação com os filhos. O Estado, por sua vez, não tinha condições, nem estruturais, nem no campo das políticas públicas, para as crianças e adolescentes que viriam a necessitar.

processo de exclusão social¹⁸ no qual se insere significativa parcela da população jovem em nosso país vem requisitar do Governo medidas capazes de atenuar a pobreza, por meio da geração de oportunidades para esses jovens de famílias de baixa renda, que desde cedo buscam uma oportunidade para trabalharem e ajudarem suas famílias.

E nos últimos anos, em especial no início dos anos 1990, puderam-se observar sensíveis diferenças no debate sobre juventude e também sobre as políticas para essa categoria. Assim, as políticas de juventude deixaram de ser um “estado de coisas”¹⁹ (RUA, 1998), para se tornar um problema político (ABRAMO, 2005). Em se tratando de nível Federal, observaram-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), iniciativas de diversos ministérios, mas sem articular essas ações no intuito de se fazer uma política pública para os jovens (SPOSITO e CORROCHANO, 2005). Já no governo de Lula (2003), reconheceu-se a importância de se constituir um grupo interministerial destinado a implementar políticas de juventude, que originaram algumas iniciativas, como o Programa Primeiro Emprego e o Pró-Jovem²⁰.

Em linhas gerais, segundo Abad (2002), a evolução histórica das políticas sociais se deu pelos problemas de exclusão dos jovens e para facilitar-lhes a inserção no mundo adulto. Ele ainda estabelece quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

A respeito de políticas de juventude, entretanto, é necessário levar em consideração quem está demandando tal política, já que se corrobora com o termo juventudes, onde eles vivem e quais são os recortes que devem ser considerados. Carrano e Sposito (2003) colocam que hoje se vive a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro

¹⁸ Segundo Wanderley (1997,76), o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não somente do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores que não são reconhecidos.

¹⁹ Para Rua (1998), as demandas da juventude eram sentidas, mas não estavam inseridas no debate público, não sendo objeto de ações específicas por parte do Governo.

²⁰ O Pro - Jovem é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Trata-se de um programa que tem como objetivo oferecer ao jovem: a elevação do grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã; e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. O programa destina-se a residentes das capitais com 18 a 24 anos, que tenham terminado a quarta série e não tenham concluído o ensino fundamental e ainda não trabalhem com carteira profissional assinada.

de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos.

Em um país onde a maior parte de sua população é constituída por jovens, a elaboração e a implementação de políticas públicas ainda é escassa. Segundo Novaes (2003), não há praticamente políticas públicas de grande dimensão voltadas para os jovens. Em geral, são políticas tematizadas no âmbito dos problemas sociais, como violência, drogas, saúde pública, ou então com o intuito de ocupar o tempo livre, como programas voltados para o esporte, cultura e lazer, o que leva a uma estereotipação da juventude. Sposito (2003) afirma que:

Não é possível desconhecer que orientações no campo da política pública podem conformar novas percepções e criar impacto sobre a sociedade, o que abre margem para o caráter ativo dessas ações na ruptura com as visões que apelam para imagens estereotipadas sobre os jovens. (SPOSITO, 2003, p.63)

Em geral, as políticas e os projetos sociais são focalizados: é um determinado tipo de inclusão social para um determinado grupo, em determinada faixa etária – geralmente moradores de lugares marcados pela pobreza e pela violência. Na maior parte das vezes, as políticas públicas são focalizadas porque são limitadas e fragmentadas, ou seja, não são para todos. O que ocorre, de fato, são políticas focalizadas que tendem fazer um tipo de “mediação” das categorias apoiadas pelos governos, não agindo em favor da universalização dos direitos. Sposito e Corrochano (2005) afirmam que é preciso reconhecer que as políticas de juventude são normativas: prescrevem ou enfatizam normas, significados ou conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas e condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço.

Atualmente, os programas estão notadamente voltados para os jovens pobres, marginalizados e moradores das periferias das grandes cidades, e com o intuito de sua integração no mercado de trabalho. No final da década, o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão provocam o aparecimento de um novo tipo de ação, os programas de inclusão, tendo como foco a juventude de baixa renda. Os jovens têm, em geral, as piores funções e formas de trabalho, que pouco contribuem para sua empregabilidade

futura. A aprendizagem profissional²¹ acaba se tornando uma porta de entrada para melhores oportunidades no mercado de trabalho e contribui para a formação de um cidadão, além de valores que são transferidos para a vida familiar, os estudos e as relações sociais, como afirma Leite (2003):

De fato, aprendizagem profissional é um processo que se realiza em vários espaços ao longo de toda a vida. Família, escola, empresa configuram alguns desses espaços. O trabalho é um espaço de aprendizado, mais fácil ou mais difícil, mais ou menos organizado, dependendo da empresa e das condições de trabalho. Um espaço ainda mais importante para públicos que têm déficit de capital social, escolaridade e cursos profissionais. (LEITE, 2003, p. 165)

Assim, não se pode falar em políticas públicas de primeiro emprego se não colocar em pauta que, para se garantir emprego, é preciso ter escolaridade, cursos profissionalizantes. Já não é correto afirmar que a inclusão se dará fundamentalmente pelo mercado de trabalho. É necessário – e válido – políticas que garantam experiências profissionais. Contudo, a necessidade vai mais além: é importante ter oportunidade para estudar, para se aperfeiçoar, enfim, dar condições para que os jovens entrem e permaneçam no mercado de trabalho, apesar da realidade do mercado não dar motivos para se ter esperança.

Nesse contexto, surgem as políticas de primeiro emprego, que proporcionam uma oportunidade aos jovens de adquirirem e comprovarem qualificação, servindo de credencial para o acesso ao mercado de trabalho, garantindo-lhes proteção integral, como consta no artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988)

²¹ Para Oris de Oliveira (1994), a aprendizagem é a “fase primeira de um processo educacional (formação técnico-profissional), alternada (conjugam-se ensino teórico e prático), metódica (operações ordenadas em conformidade com um programa em que se passa do menos para o mais complexo), sob orientação de um responsável (pessoa física ou jurídica), em ambiente adequado (condições objetivas: pessoal, docente, aparelhagem, equipamento)”.

Para Leite (2003), uma política pública de emprego implica ações que extrapolam a área do emprego propriamente dito e que são condições para a dignidade e a cidadania. Dentre essas ações, destacam-se:

- A elevação do nível de escolaridade da PEA e a universalização da escolaridade básica, que inclui o ensino fundamental e médio;
- O fomento da educação profissional continuada, garantido qualificação e atualização, além de experiência, permitindo ao trabalhador avançar em uma trajetória profissional;
- A construção de uma rede pública de proteção social que se estenda à totalidade da PEA, tanto do setor formal quanto do informal;
- Atenção permanente à promoção da igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação na sociedade e no trabalho.

Dentre as muitas portas e os muitos debates que se abrem para discutir a relação entre juventude e trabalho, enfocando na questão do primeiro emprego, surge a Lei da Aprendizagem Profissional (Lei 10.097, de 19/12/2000)²², que altera a CLT, nos artigos 402, 403 e do artigo 428 ao 433, renovando o instituto legal da aprendizagem profissional. A aprendizagem, embora com previsão desde 1943 na Consolidação das Leis do Trabalho, vinha sendo tratada com descuidada atenção e importância: pelo legislador que deixou por longo tempo de atualizar as normas legais específicas frente ao mercado de trabalho em constante modificação; pelos atores diretos, empregador e sistema de serviços autônomo ou Serviços Nacionais de Aprendizagem e pelos órgãos responsáveis pela fiscalização.

De acordo com a nova Lei, “os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”. Devendo-se considerar, ainda segundo a Lei “funções que demandam formação profissional”: 1 - Nível das capacidades profissionais e os conhecimentos técnicos teóricos necessários para o exercício da atividade; 2 - Duração do período de formação necessário para aquisição de competências e habilidades requeridas; 3 - Adequação da função

²² Para maiores informações, consultar anexo 1.

às necessidades da dinâmica do mercado de trabalho em constante mutação. Devem, então, ser excluídas como funções de cada empresa na contagem de cota dos aprendizes:

- Funções que exijam formação técnica ou superior;
- Cargos de direção, gerência ou confiança;
- Funções que requeiram licença ou autorização vedada para menores de 18 anos;
- Funções que dependam da sazonalidade da atividade econômica;
- Funções a ambientes de trabalho nos quais os riscos não possam ser elididos por Laudo Técnico;
- Trabalhadores com contrato temporário;
- Trabalhadores terceirizados;
- Desenvolvidas em ambientes que comprometam a formação moral do adolescente.

A grande novidade dessa lei é a possibilidade de entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor) poderem oferecer programas de aprendizagem profissional, na hipótese dos Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, desde que registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA). Essas entidades também são obrigadas a contar com uma estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem. O adolescente - assim como no ECA - só poderá trabalhar a partir dos 14 anos. Para a Lei da Aprendizagem (modificada com a alteração da Lei nº 11.180, de 23/9/2005), o jovem de até 24 anos pode estar na condição de aprendiz. Contudo, em geral, os jovens permanecem, no máximo, até 18 anos, como vigorava na legislação anterior à modificação.

O adolescente trabalhador, teoricamente, pelos preceitos da Aprendizagem Profissional, terá os mesmos direitos trabalhistas de um trabalhador comum, mediante carteira assinada, sendo garantido o salário mínimo hora, pelo menos. Ele terá que freqüentar a escola²³, portanto, o trabalho não poderá exceder a seis horas diárias, com exceção do aprendiz que já tenha concluído o Ensino Fundamental, podendo a jornada ser de 8 horas, contanto que nessas horas já estejam computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica,

²³ Além de estar freqüentando a escola, o jovem deve estar inscrito em programa de aprendizagem sob a orientação de entidade qualificada, ou nos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou em ONGs.

de acordo com o artigo 4321 da CLT. Ele ainda terá direito ao vale-transporte, férias – estas devem coincidir com o período das férias escolares -, vale-refeição.

Os benefícios da Lei da Aprendizagem podem se tornar importantes, se for levado em consideração o aproveitamento desse jovem, além da chance que ele tem do primeiro emprego, com todos os direitos enquanto trabalhador e pessoa em desenvolvimento. Nem todos os jovens têm a possibilidade de freqüentar esse programa, porque as vagas ainda são limitadas. Apesar da obrigação, nem todas as empresas aderiram ao programa, o que dificulta a viabilização dessa política de inclusão social. Porém, percebe-se os benefícios adquiridos por esta política para os jovens que têm a oportunidade de usufruir dela. Ressalta-se que a inserção dos adolescentes por meio de programas de iniciação ao trabalho toma crescentes proporções na realidade brasileira. Apesar disso, e mesmo dispondo de instrumentos legais para controlar o ingresso de crianças e adolescentes antes dos 14 anos no mercado informal continua crescente, muitas vezes pelas condições de pobreza das famílias, mas, principalmente, pela distribuição desigual de renda.

2.4 – O Projeto Adolescente Cidadão na Guarda Municipal de Fortaleza

2.4.1 – Sobre a Guarda Municipal de Fortaleza: histórico e atuação

Criada em 10 de julho de 1959, pelo então prefeito General Manuel Cordeiro Neto, a Guarda Municipal de Fortaleza (GMF)²⁴ tinha como finalidade proteger os bens que constituíam o patrimônio municipal, a vigilância dos logradouros, praças, jardins públicos e a fiscalização dos transportes coletivos. Quando criada, a GMF tinha a seguinte composição: três fiscais de 1ª Classe, quatro fiscais de 2ª Classe, cinco fiscais de 3ª Classe, oito guardas de 1ª Classe e 130 guardas municipais²⁵.

²⁴ No ano de 2009, a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza está completando 50 anos de existência.

²⁵ Antes do último plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) da GMF, classes de guardas municipais, subinspetores e fiscais da GMF eram subdivididas em classes, de acordo com o tempo de serviço na Instituição e com a instrução, sendo que os servidores ascendiam da terceira classe para a primeira classe. Só quando chegava na primeira classe era que o servidor poderia ascender de guarda para subinspetor e deste para inspetor. Então,

No ano de 1968, a Guarda Municipal foi extinta. A Lei nº 3.557, de 2 de julho, criou o Departamento de Vigilância Municipal com as mesmas atribuições. Em 1985, a Lei nº 6.038 extinguiu o Departamento de Vigilância e criou a Guarda Civil de Fortaleza. Nessa época, a corporação foi dividida em: núcleo de guardas masculinos, núcleo de guardas femininos e Departamento de Assuntos Administrativos. Na mesma ocasião foi criado o cargo de diretor geral.

A instituição passou por novas mudanças em 1989, com o Decreto nº 8.031, de 31 de Julho de 1989, que aprovou a criação dos cargos de diretor geral, diretor adjunto e a criação de novos setores: Unidade de Comando Operacional, Unidade Administrativa e Financeira, dentre outros departamentos.

Em 2000, a instituição passa por novas transformações como fazer parte do Plano Nacional de Segurança Pública e surge a oportunidade da elaboração e aprovação de convênios junto ao Governo Federal. Em 2002, é realizado concurso público para o provimento de cargos de guardas e subinspetores (2002).

Com a Lei Complementar nº 17, de 07 de Junho de 2004, nasce o Sistema Municipal de Segurança, Defesa Civil e Cidadania, através da união da Guarda Municipal de Fortaleza e da Agência de Cidadania, passando esta última a ter atribuições de defesa civil. Em 2005, deu-se a Inclusão da Guarda Municipal no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e aprovação de convênios com os governos federal e estadual. O último concurso para guardas foi realizado em 2006.

Atualmente, ano de 2009, a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza²⁶, terceira maior guarda municipal do Brasil, conta com 1003 guardas municipais, 6 inspetores, 516

antes do PCCS, a hierarquia da GMF era: Guarda de 3ª Classe, Guarda de 2ª Classe, Guarda de 1ª Classe; Subinspetor de 3ª Classe, Subinspetor de 2ª Classe, Subinspetor de 1ª Classe; Inspetor.

²⁶ A Defesa Civil foi incorporada à GMF em 1996. Tem como objetivo principal planejar, coordenar e executar as ações referentes à política municipal de defesa civil, desenvolvendo planos, programas, projetos e ações referentes à prevenção, socorro, assistência e recuperação da comunidade em situação de risco. O trabalho de prevenção e monitoramento nas áreas de risco é realizado pelos agentes de cidadania. Entre os objetivos específicos incluem-se: o monitoramento permanente das áreas de risco em fase de eminência ou situações de desastres; promover campanhas educativas; orientar e regulamentar os procedimentos da equipe de Defesa Civil, prevenir, orientar, socorrer e assistir as populações atingidas. Foi com este intuito que foi criada e operacionalizada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Fortaleza - COMDEC. Atualmente a COMDEC

subinspetores²⁷, 10 agentes de segurança institucional, 116 agentes de Defesa Civil, 30 agentes administrativos, 8 auxiliares de serviços gerais, dois advogados e dois administradores. Antes, tinha como sede uma parte do prédio da ETUFOR (Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A), mas, no ano de 2008 a Guarda Municipal ganhou nova sede, localizada numa área de 19.243,30m², sendo 3.281,32m² de área construída, na Rua Delmiro de Farias, 1900 - bairro Rodolfo Teófilo. É na sede na Guarda que se realizam os trabalhos administrativos, burocráticos e que dão respaldo aos pelotões e aos guardas patrimoniais.

Diante do exposto e mediante o aumento do efetivo, a Guarda Municipal também firmou parceria com outros órgãos de segurança pública, como a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Grupo Especial de Segurança Pessoal da Prefeitura (GESP) e outros órgãos. Finalizando as parcerias, em 2009, a Guarda Municipal integrou-se ao CIOPS (Centro Integrado de Operações de Segurança), sendo, segundo o Diretor da GMF, Arimá Rocha, a única Guarda Municipal do Brasil que tem integração do CIOPS.

Hoje a GMF tem cinco pelotões, a saber:

- **Pelotão Especial:** atua especialmente na segurança de autoridades municipais, eventos e controle de manifestações em órgãos públicos municipais. Sua função é manter o controle de manifestações em órgãos públicos municipais, a segurança da prefeita e de autoridades do município, ações em processos de reintegração de posse, segurança em eventos promovidos pela Prefeitura, apoio à Defesa Civil e operações de saturação e Blitz em conjunto com outros órgãos de segurança pública. Por ser um pelotão de caráter mais ostensivo, seu efetivo tem treinamento em controle de distúrbios civis e em técnicas de imobilização e abordagem e que se revezam durante as 24 horas.

é composta por uma Coordenadoria e três sub-coordenadorias distribuídas em ações preventivas, comunitária e de socorro e conta com 94 servidores entre agentes de cidadania e técnicos de defesa civil.

²⁷ A Guarda Municipal, mesmo sendo um órgão de segurança pública de caráter civil, tem como hierarquia, do cargo menor para o cargo maior: guarda, subinspetor e inspetor, ficando abolidas as classes que tinham dentro dos cargos.

- **Pelotão ROPE (Ronda Preventiva Escolar):** Tem a missão de fazer rondas motorizadas nas escolas municipais. O ROPE trabalha para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários das escolas do Município; a proteção do patrimônio público municipal; o patrulhamento ostensivo de praças, monumentos e logradouros públicos; a detecção de usuários e traficantes de drogas, principalmente próximos das unidades escolares e apoio aos guardas fixos em unidades escolares. Além das atividades inerentes à Ronda Escolar, o ROPE atua como pelotão de pronto emprego junto à Defesa Civil e ao Pelotão Especial em manifestações de maior porte e segurança em eventos do Município.
- **Pelotão de Salvamento Aquático:** como o próprio nome sugere, este trabalha na orla marítima de Fortaleza que é de responsabilidade da GMF²⁸, prevenindo e socorrendo em afogamentos dos banhistas. Eles utilizam equipamentos como bóias, nadadeiras, binóculos, flutuadores, cordas de resgate, farmácia de primeiros socorros além de um bote motorizado para o resgate.
- **Pelotão PGC (Pelotão da Guarda Comunitária):** esse pelotão se formou pela junção de dois pelotões: o ambiental e o ciclopatrulhamento. O PGC promove segurança especialmente no Centro da Cidade, Praça Pajeú, Praia de Iracema, Praia do Náutico, praças de um modo geral e no zoológico da cidade. Dentre as atribuições do PGC estão: rondas de bicicletas nas praças, apreensão de entorpecentes, cobertura de eventos e prevenção de pequenos delitos.
- **Pelotão Patrimonial:** O Pelotão Patrimonial é, sem dúvida, o pelotão da GMF onde está o maior número de integrantes, justamente pelo fato da segurança do patrimônio público ser o cargo-chefe da Instituição. Com um efetivo de quase 1000 guardas, subinspetores e inspetores, sua atribuição é o efetivo emprego diuturno e sistemático do conjunto de medidas técnicas, visando à proteção dos bens patrimoniais, serviços, instalações e também a garantia da segurança da população, que não deixa de ser patrimônio da cidade. Por ser um pelotão de grande efetivo, o Pelotão é comandado

²⁸ O efetivo do Pelotão de Salvamento Aquático está distribuído nas praias da Barra do Ceará, Carapebas, AABB, Ponta Mar Hotel e Náutico, que são de responsabilidade da GMF, o que fica mais a leste do litoral é de responsabilidade do Corpo de Bombeiros.

pela UNIOP (Unidade Operacional Patrimonial), sendo esta subdividida em três Inspetorias²⁹, cada uma cuidando de uma parte do Município.

- **GAM (Grupo de Apoio Móvel):** Esse é Pelotão dos Terminais de ônibus³⁰, compondo a Inspetoria IV. É um grupo de guardas municipais e inspetores voltados exclusivamente para auxiliar o efetivo dos terminais em ocorrências nesses locais.

Além de todos os pelotões, a Guarda Municipal de Fortaleza tem guardas, subinspetores e inspetores que trabalham na sede, comandando as operações externas, realizando trabalhos burocráticos, além de ser um espaço para os setores administrativos da Instituição, como Departamento Pessoal, Setor de Treinamento e Desenvolvimento (responsável pelos cursos que os guardas fazem), Setor de Educação Física (realizando trabalhos específicos, em especial com os pelotões de caráter mais ostensivo) e também o Setor de Acompanhamento Funcional³¹, dentre outros.

É justamente na sede da GMF onde trabalham os adolescentes do Programa Adolescente Cidadão, público-alvo da pesquisa aqui descrita, visto que seria inviável que os mesmos realizassem trabalhos nos pelotões³², salvo se fosse no setor administrativo.

2.4.2 – O Programa Adolescente Cidadão

Vista pela própria prefeitura de Fortaleza como a versão municipal do Programa Agente Jovem³³, do Governo Federal, o Adolescente Cidadão é um projeto de transferência de renda

²⁹ Aqui não se coloca, por questões didáticas, o pelotão dos terminais, que está inserido na Inspetoria IV do Pelotão Patrimonial, pois tal inspetoria tem função distinta, bem como particularidades próprias, como horário diferenciado, necessidades específicas.

³⁰ A disposição de Guardas Municipais nos terminais de Fortaleza foi uma promessa de campanha da atual prefeita, Luizianne Lins.

³¹ O Setor de Acompanhamento Funcional conta com Assistentes Sociais, Pedagogas e Psicólogas e realizam o trabalho de acompanhamento de todos os servidores da GMF, bem como de programas realizados pela Instituição, como é o caso do Programa Adolescente Cidadão, todo ele acompanhado pelo setor.

³² Segundo a Lei da Aprendizagem, no Art. 403, parágrafo único: “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”. A portaria nº 20, de 20 de setembro de 2001, lista os locais que não condizem com o trabalho de aprendizes.

³³ O Projeto Agente Jovem é voltado para jovens de 15 a 24 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Ele busca capacitar os adolescentes

que tem como objetivo principal o desenvolvimento humano e social, além da formação profissional, dos jovens inseridos, que tem entre 16 e 21 anos. Atualmente, várias instituições de caráter público e privado tem programas com características parecidas voltadas para o primeiro emprego, justamente pela obrigatoriedade que é imposta pela Lei da Aprendizagem Profissional. No caso do Projeto Adolescente Cidadão, não poderia ser diferente, é um Programa regido pela Lei 10.097, que é idealizado, projetado e organizado pela FUNCI (Fundação da Criança e da Família Cidadã). Segundo informações da própria FUNCI, o projeto Adolescente Cidadão visa promover a qualificação profissional de jovens com idade de 16 a 21 anos, de ambos os sexos, e garantir a oportunidade de construção de um projeto de vida na perspectiva do exercício da cidadania. Essa mesma Fundação tem o papel de selecionar, participar da primeira fase do projeto, como será visto posteriormente, e encaminhar os adolescentes aos diversos postos da Prefeitura.

Para ingressar no Programa, é necessário ter entre 16 e 21 anos, estar concluindo ou já ter concluído o Ensino Médio e ter renda *per capita* de até meio salário mínimo. Os jovens chegam ao Projeto Adolescente Cidadão encaminhados pelos programas e projetos da Prefeitura. O público-alvo é constituído de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, estabelecendo como prioridade aqueles que estejam em situação de rua, de exploração sexual ou cumprindo Liberdade Assistida. Cada turma permanece por dez meses no projeto, divididos em quatro meses de formação básica e seis de vivência profissional. Durante esse período, o jovem recebe bolsa/benefício de R\$ 90,00 (noventa reais).

Na versão municipal, o projeto tem duas fases, que duram dez meses. Na primeira de quatro meses, os adolescentes passam pela Formação Básica, que envolve a construção de competências sociais em cada grupo, através da discussão de temas como: juventudes, culturas e mundo do trabalho, qualidade de vida, direitos humanos, gênero e sexualidade,

para atuar como agentes de transformação de suas comunidades. O Projeto tem como objetivo: desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, para quando estiver inserido no mercado de trabalho; garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover a integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; capacitar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência entre os jovens, do uso/abuso de drogas, das DST/AIDS, de gravidez não planejada; desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos jovens, quando da sua inserção no mundo do trabalho. Além disso, as atividades desenvolvidas pelo projeto visam garantir a permanência do jovem no sistema educacional e, ainda, proporcionar experiências práticas que o preparem para a futura inserção no mercado de trabalho. O Agente Jovem é um programa do Governo Federal e está sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

desenvolvimento social e sustentável, projeto de vida, orientação para o trabalho, entre outros. É ainda durante essa primeira fase que a equipe de coordenação realiza um mapeamento das habilidades e áreas de interesse de cada jovem, a fim de encaminhá-lo para atuar em órgão ou unidade relacionada a seus interesses de atuação profissional.

De acordo com a pesquisa realizada, os adolescentes afirmaram que, durante a fase do Projeto na FUNCI, eles aprenderam coisas relacionadas ao comportamento no local de trabalho, dentre as menções, destacam-se: como se comunicar com as pessoas, como se comportar no trabalho, respeitar opinião dos colegas etc; bem como, tiveram aulas de formação humana, convivência familiar, DST, pontualidade etc.

A segunda fase, que dura seis meses, compreende a etapa em que os adolescentes atuarão na dimensão prática do projeto, que é a vivência profissional. É nessa etapa que os meninos deixam a vivência teórica na FUNCI e vão para os diversos postos da prefeitura. Nesse momento, há uma ação conjunta entre a Fundação e os setores que recebem os adolescentes, pois os mesmos encontraram com vivências e práticas anteriormente nunca vista.

As vivências profissionais desses adolescentes ocorrem na FUNCI e nas seguintes secretarias e órgãos municipais parceiros: Secretarias Executivas Regionais (SER's); Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB), Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza (AMC), Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza (GMF), Secretaria de Esportes e Lazer (SECEL), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), Instituto Municipal de Pesquisa, Administração e Recursos Humanos (IMPARH), Coordenadoria de Mulheres, Coordenadoria de Diversidade Sexual, Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULFOR), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR).

A Guarda Municipal e Defesa Civil, por sua vez, iniciou uma nova turma do Projeto Adolescente Cidadão no dia 7 de julho de 2009, sendo que os mesmos iniciaram suas atividades no dia 20 de julho de 2009. Na Guarda Municipal são quarenta jovens, entre 16 e 21 anos, sendo que 20 trabalham no turno da manhã e 20 no turno da tarde, durante 20 horas por semana. Durante este período, os jovens colaboram com as atividades dos setores operacionais e administrativos, contribuindo assim, para o crescimento profissional.

Antes de iniciarem sua vivência profissional na GMF, os jovens passaram uma avaliação para saber em qual setor teriam mais afinidade. No dia em que se deu início ao projeto na GMF, os mesmos conheceram as instalações, bem como foram lhes apresentado as normas de conduta e o Regimento Disciplinar Interno (RDI) na Instituição. E durante os seis meses em que estão passando na Guarda Municipal, os mesmos estão sendo assessorados permanentemente pelo Acompanhamento Funcional da Instituição.

De início, há uma preocupação muito grande com a ambientação desses jovens e com a adaptação. É justamente esse um dos pontos sob o qual se teve a pretensão de realizar a pesquisa: como se deu a relação desses jovens pelo fato de estarem trabalhando em uma Instituição de segurança pública?

Considerando o objetivo central do Projeto em questão, é quase inegável que os jovens atendidos pelo programa estão trabalhando devido a uma necessidade maior. São provenientes de famílias de baixa renda ou de situações de risco, cuja bolsa, às vezes, é uma das complementações para garantir o sustento familiar. Talvez alguns desses adolescentes vejam essa oportunidade como a chance de mudarem o rumo de suas vidas. Contudo, não é levado em consideração se o jovem está realmente disposto a trabalhar, ou de estar em uma Instituição de segurança pública. A necessidade, nesse caso, parece ser o fato que move esses jovens para a inserção no mercado de trabalho. Ainda na perspectiva de analisar o Projeto, ele acaba tornando-se excludente por priorizar jovens provenientes de família de baixa renda e de situação de risco, vindos de projetos da Prefeitura, quando, na verdade, uma grande parcela dessa população, por razões variáveis, quer ter a primeira experiência no mundo do trabalho. Acaba sendo, como a maioria das políticas voltadas para a juventude, focalista.

Porém, é também quase inegável que o Projeto abra portas para esses adolescentes, podendo ter nessa experiência uma perspectiva de futuro que antes não vislumbravam ou descobrir vocações, por exemplo. Já que a experiência do primeiro emprego, cada vez mais cedo, é um fato que já está enraizado, em especial, não se pode negar, nas camadas sociais mais baixas, é importante que essa seja vivida com responsabilidade, tanto por parte do jovem como por parte da Instituição que o insere.

Assim, para se discutir a relação dos jovens pesquisados com a experiência do primeiro emprego, pretende-se analisar quem são esses jovens, como vivenciam tal experiência, quais os significados do trabalho para eles, em especial para os adolescentes que estagiam na Guarda Municipal de Fortaleza, ou seja, um órgão de segurança pública, onde, durante um bom período de suas vidas, eles convivem com pessoas fardadas, com um ambiente de hierarquia, de continência e de disciplina; e quais os seus desejos e perspectivas de futuro. Convém observar o que está por trás das respostas coletadas, através dos diários de campo e das observações realizadas. Enfim, contribuir, da melhor maneira possível, para o engrandecimento dessa pesquisa.

3 Quem são e o que pensam os adolescentes do Projeto Adolescente Cidadão

Os resultados apresentados neste capítulo foram obtidos mediante as informações concedidas pelos integrantes do Projeto Adolescente Cidadão da Guarda Municipal de Fortaleza (turma 2009³⁴), coletados por meio de questionários. Ao mesmo tempo em que tais dados forem apresentados, serão realizadas algumas análises fundamentadas nas reflexões sobre as principais categorias que envolvem a temática – juventude, trabalho e políticas públicas. Tomar-se-á o devido cuidado para não generalizar as análises obtidas.

Antes, contudo, de se apresentar os dados, é necessário fazer algumas observações:

- No início do Projeto, em julho, tinha-se um total de 25 adolescentes, sendo que três desistiram, por razões não esclarecidas até o fim dessa pesquisa³⁵;
- Uma das grandes dificuldades do Projeto, no decorrer da pesquisa, foi o ponto facultativo dado aos adolescentes, pelo fato da Prefeitura não fornecer vale-transporte para eles, o que acarretou na permanência no Projeto de poucos jovens. Diante dos fatos, não foram coletados os dados dos vinte e dois participantes³⁶.

Segue-se, então, os dados da pesquisa.

3.1 Perfil geral dos adolescentes cidadãos: quem são.

Algumas das características gerais da população pesquisada foram obtidas por intermédio dos dados existentes no Acompanhamento Funcional da GMF. Por exemplo: faixa

³⁴ Os adolescentes cidadãos pesquisados entraram na GMF em Julho de 2009 e permanecerão no Projeto até dezembro.

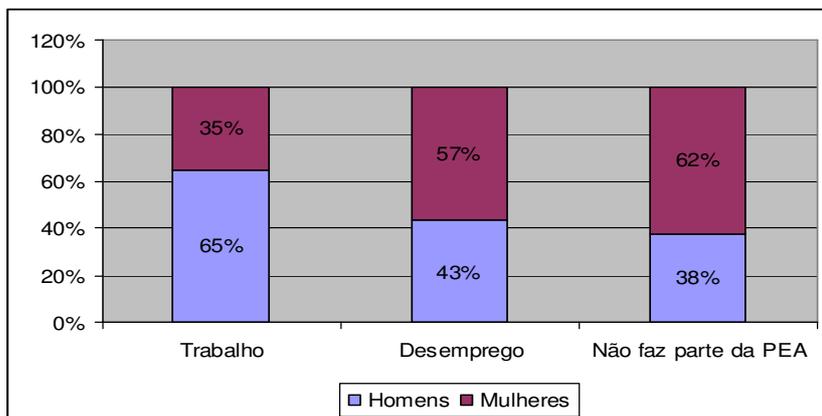
³⁵ Os aprendizes desistentes foram encaminhados à FUNCI e as informações não foram repassadas para o Acompanhamento Funcional da GMF.

³⁶ Estavam indo para a Guarda Municipal, até a finalização dessa pesquisa, sete adolescentes. As outras entrevistas foram obtidas através do contato direto que a pesquisadora fez com os pesquisados, indo para suas casas para aplicar o questionário. Como alguns não atenderam as ligações, só foi possível aplicar o questionário com quinze adolescentes.

etária entre 16 e 20 anos, cursando, no mínimo, a oitava série do Ensino Fundamental. Contudo, os critérios utilizados para admissão e seleção destes jovens no Projeto por si só não seriam suficientes para se analisar o perfil sócio-econômico e a condição familiar dos seus 22 integrantes. Daí a necessidade de enfatizar, inicialmente, no questionário, dados sócio-econômicos para a obtenção de uma caracterização mais detalhada e condizente com a diversidade de situações dos adolescentes pesquisados.

No que se refere a faixa etária e ao gênero, dos 22 jovens do Projeto, todos têm entre 16 e 20 anos, sendo 14 adolescentes do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Tais informações corroboram com o que coloca Sposito (2005), que afirma que não se pode subestimar as diferenças entre os sexos quando se pensa nas relações entre juventude, escola e trabalho. As mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego do que os homens e integram majoritariamente a população que está fora do mercado de trabalho. Ainda segundo a autora, de cada dez jovens inativos, seis são mulheres, conforme o gráfico 03. Não porque esses inativos sejam apenas estudantes, mas porque poderão, sobretudo, estar no trabalho doméstico.

Gráfico 03: Relação trabalho/sexo



Fonte: Sposito (2005), Perfil da Juventude Brasileira

A partir dessa parte da pesquisa, os dados colocados são baseados na aplicação dos questionários, ou seja, mediante a pesquisa com quinze adolescentes.

Dos adolescentes pesquisados, 14 nasceram em Fortaleza e somente 1 nasceu no interior, sendo que, os pais de 8 adolescente nasceram no interior e o de outros 6, na capital. Todos são solteiros e sem filhos. Com relação à religião, 10 se consideram católicos e 5

evangélicos. Em se tratando de raça, 6 se consideram brancos, 5 se acham pardos e 4 negros, sendo importante os mesmos se afirmarem como pardos e negros, deixando de lado o preconceito de raça, pelo menos de acordo com os pesquisados.

Com relação a moradia, todos afirmaram morar em casa própria e quitada com mais de 4 compartimentos. O pai é o mantenedor da casa de 7 adolescentes; na casa de outros 7, quem mantém a casa é a mãe e 1 jovem afirma que ele mantém a casa com o dinheiro da bolsa que ganha. Todos têm irmãos, sendo que quatro jovens têm mais de quatro irmãos, 5 têm entre 1 e 2 e outros 5 têm entre 3 e 4; todos afirmando manter um relacionamento bom com os irmãos. Quando se perguntou se eles teriam planos de morarem sozinhos ou com outra pessoa, longe dos pais, 9 afirmaram que não têm planos de saírem da casa dos pais e 6 colocaram que esperariam mais um tempo para mudarem.

Quanto à situação familiar, 8 adolescentes moram com os pais e 7 só com a mãe. Percebe-se que o tipo de família da população pesquisada é majoritariamente nuclear. Nenhum dos integrantes do Projeto mora somente com o pai, o que enfatiza a situação, quando da separação dos pais ou destes não morarem mais juntos, de os filhos ficarem sob a guarda da mãe.

A renda familiar varia de menos de 1 salário mínimo para 1 jovem (este é o jovem que mantém a casa com o dinheiro da bolsa); de 1 salário mínimo para 12 adolescentes e de 1 a 2 salários mínimos para 2 entrevistados. Levando-se em consideração a relação entre renda familiar e a situação de moradia com os pais, observou-se que entre os doze cuja renda familiar é de 1 salário mínimo, 6 moravam com os pais e 6 só com a mãe. Em se tratando daqueles cuja renda é de 1 a 2 salários mínimos, todos moram com os pais:

Quadro 04: Renda familiar x residindo com responsáveis

Renda familiar	Morando com os responsáveis		
	Com os pais	Só com a mãe	Outros
Meio salário		1	
1 salário	6	6	
1 a 2 salários	2		
TOTAL	8	7	15

Fonte: Pesquisa direta

Constata-se que é maior a quantidade de aprendizes que moravam com os pais e possuíam renda familiar maior. Observa-se que a única resposta onde a renda é de meio salário mínimo, o pesquisado mora com a mãe.

Referente ao relacionamento familiar, percebeu-se a diferença entre os adolescentes que moravam com o pai ou não. No tocante à figura paterna, 2 adolescentes afirmaram que o relacionamento era ótimo com o pai, dentre eles, 1 mora na mesma casa e outro não mora. Para 7 jovens o relacionamento com o pai é bom, todos residem com o pai. Dos sete adolescentes que não moram com o pai, seis não deram resposta quanto ao seu relacionamento com o genitor.

Referente ao relacionamento materno, só há respostas “Ótimo” e “Bom” entre os 15 adolescentes pesquisados, sendo 10 afirmando ser “ótimo” e 5, “bom”. O quadro 05 explicita a relação entre pais e filhos, tanto na relação de moradia como no relacionamento familiar.

Quadro 05: Relacionamento familiar

<i>PAI</i>		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta	TOTAL
MORANDO	SIM	1	7				8
	NÃO	1				6	7
TOTAL		2	7			6	15
<i>MÃE</i>		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta	TOTAL
MORANDO	SIM	10	5				15
	NÃO						
TOTAL		10	5				15

Fonte: Pesquisa direta

Observa-se, diante dos dados, que a mulher é o elo da família, não só por assumi-la em sete casos, como pelo fato do relacionamento entre mãe e filho ser mais marcante. Percebe-se o papel da mulher como fundamental na manutenção familiar.

De posse das características acima, é necessário, agora, avaliar qual o valor da experiência do primeiro emprego no cotidiano destes jovens, tanto no que diz respeito ao decorrer do processo na GMF como as possíveis mudanças que tiveram em suas vidas, sua visão com relação à Segurança Pública e qual a relação do Projeto Adolescente Cidadão.

3.2 No mundo do trabalho

Visando fazer um elo entre as percepções sobre a escola e o mundo do trabalho, questionou-se sobre o que é mais importante, na opinião dos jovens aprendizes entrevistados: estudar ou trabalhar. Dentre os quinze, seis responderam que os dois são importantes, quatro responderam que estudar era mais importante e, para surpresa, cinco responderam que trabalhar é mais importante que estudar. Dentre as justificativas dadas, destacam-se:

“Porque eu prefiro trabalhar, eu acho mais interessante.”

“Porque eu tenho que me dedicar aos meus estudos para mais tarde eu ser alguém na vida”

Apesar da necessidade do trabalho, os aprendizes consideram estudo como algo muito importante. Além disso, eles têm em mente que o estudo é um dos fatores que fará a vida deles melhorarem. Como coloca a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, analisada também por Sposito (2005), para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento desses jovens.

Quanto à relação dos jovens com o mundo do trabalho, buscou-se indagar qual das palavras citadas na entrevistas – e mostradas no quadro 06 – se aproximavam mais com o que eles pensavam a respeito do trabalho.

Quadro 06: Significados do trabalho.

	Primeiro	Segundo
Necessidade	5	6
Independência	3	2
Crescimento	6	5
Auto-realização	1	2
Exploração		

Fonte: Pesquisa Direta

Observa-se que “Crescimento”, com onze menções, e “Necessidade”, também com onze menções, foram os mais citados, seguido de “Independência” (cinco menções), e “Auto-realização”, (três menções). Nenhuma menção com relação à palavra “Exploração”. Se

analisado os mais citados em primeiro lugar, a seqüência fica “Crescimento”, “Necessidade” e “Independência”.

Não por acaso tal relação: primeiro, os entrevistados têm entre dezesseis e vinte anos, ou seja, na faixa etária para inclusão em programas de primeiro emprego. Também estão na idade de quererem se atuo-afirmar perante familiares e colegas, além da necessidade, seja explícita ou implícita, de ajudar na renda familiar.

O trabalho já não é mais considerado “precoce”, visto que eles são amparados por Lei. Nesse caso, a atividade já é considerada como fator positivo, pelo menos na maioria das menções. O trabalho, então, aparece como fator importante para o sucesso. Logo, o fato de não haver menção para a palavra “Exploração” pode significar, também, que eles tendem a se submeter a quaisquer condições de trabalho.

Referente à primeira experiência de trabalho dos quinze adolescentes entrevistados, independentemente se formal ou não, observou-se que nem todos os aprendizes tiveram como primeira experiência de trabalho o Projeto Adolescente Cidadão. Doze entrevistados tiveram experiências anteriores em trabalho informal, já que um dos requisitos básicos do Projeto Adolescente Cidadão é não ter carteira assinada. Apenas dois deles iniciaram com idade abaixo dos quatorze anos, quando é proibido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz. Excluindo aqueles que tiveram como primeira experiência a Guarda Municipal (ou seja, apenas três pesquisados), sete conseguiram emprego por meio de ajuda dos pais (nessa categoria, incluem aqueles que trabalhavam com a família), quatro foi por meio de indicação e somente 1 saiu procurando. Compreende-se, portanto, que a rede de ajuda, quer dos pais, quer dos amigos, foi fundamental para os adolescentes se inserirem no mercado de trabalho, pois somente um deles conseguiu sozinho o primeiro emprego.

Outro significado do trabalho para os entrevistados, quando perguntado por que eles quiseram trabalhar, é a questão da ajuda aos pais, com nove menções, sendo que em sete se junta também a questão de ter o próprio dinheiro, ou seja, independência. Aliás, independência, somente, foi a resposta dada por seis entrevistados:

“Para ter renda própria e para ajudar a minha mãe”

“Por querer ser independente e não precisar ficar pedindo dinheiro pro meu pai”

“Porque eu estava querendo ter um dinheiro no meu bolso e pra ajudar meus pais”

Assim, muito mais do que necessidade, independência, experiência, o trabalho é um dos elementos fundamentais da vida humana (BESSA, 1995). É fonte de satisfação de muitas necessidades básicas, através do ganho material, e também a possibilidade de desenvolvimento, tanto pessoal como profissional. Leite (2003) coloca que o trabalho é um espaço de aprendizado, mais fácil ou mais difícil, mais ou menos organizado, sendo ainda mais importante para os públicos que não tiveram oportunidades de escolaridade e de cursos profissionais.

3.3 Projeto Adolescente Cidadão

Como observado no item anterior, dos quinze adolescentes pesquisados, somente três tiveram sua primeira experiência profissional, independentemente de ser formal ou não, no Projeto Adolescente Cidadão, na Guarda Municipal, todos encaminhados pela FUNCI.

Apesar da semelhança, as iniciativas de procurarem a ONG para saber a respeito do Projeto foram diferentes. Alguns já participavam de algum projeto da Prefeitura de Fortaleza (seis menções):

“Eu estava no Projeto Crescer com Arte³⁷, aí fui selecionada para o Adolescente Cidadão.”

Houve também pesquisados afirmando que souberam através de familiares (seis menções). Outros souberam através de amigos ou parentes que já trabalharam como adolescentes cidadãos e aconselharam o adolescente a procurar a FUNCI (duas menções). Um jovem afirmou que soube através da Internet.

³⁷ O Projeto Crescer com Arte é realizado também pela FUNCI e acompanha o desenvolvimento de crianças e adolescentes de sete a dezoito anos incompletos. Através da arte, meninos e meninas exercitam a criatividade e a sensibilidade. O projeto possui três unidades (Centro, Bela Vista e Jangurussu). Para ingressar, é necessário participar de um processo seletivo.

Diante das respostas, é possível ressaltar a importância da rede de ajuda, para a inserção no mercado de trabalho, pois somente através da FUNCI que os jovens foram selecionados para o Projeto Adolescente Cidadão.

Quanto às primeiras semanas no local de trabalho, as respostas foram unânimes: sempre pendendo para o lado da positividade, entre “bom”, “ótimo” e até “excelente”. Somente 1 pesquisado falou que sentiu dificuldades no local de trabalho (no caso, de entender as atividades que lhe eram pedidas). Ou seja, ao contrário do que poderia ocorrer - por ser o primeiro emprego em uma grande instituição, com muitos funcionários, o que dificulta a adaptação, quer por causa da experiência do primeiro emprego formal – eles não sentiram dificuldades. Seguindo a linha da análise, todos afirmaram que o decorrer da experiência profissional está sendo muito bom. Em uma das respostas, destaca-se:

“No decorrer do projeto, a experiência no local de trabalho está sendo uma das coisas mais felizes da minha vida.”

Quanto ao relacionamento entre adolescentes cidadãos e servidores da GMF de um modo geral (tanto os chefes imediatos quanto os colegas de trabalho), todos os pesquisados colocaram que a relação era boa ou ótima, com respostas precisas, e sem mais a declarar, com exceção de um, que destacou:

“Relação muito boa. Eles passam a experiência deles pra mim e está sendo legal.”

Esse ponto da pesquisa merece algumas observações. Todos afirmaram que a relação com os servidores é muito boa, mas é interessante, por parte da pesquisadora, que se coloquem alguns pontos. Primeiro, a pesquisadora é guarda municipal de Fortaleza e ela mesma foi quem acompanhou os adolescentes no momento da aplicação do questionário, o que poderia acarretar certo constrangimento nessas respostas. Segundo, o tempo de convivência com os adolescentes foi pouco, visto o pouco tempo do Projeto na GMF e pelo fato da pesquisadora não participar diretamente da coordenação do Projeto, ou seja, não houve tempo hábil de manter uma ligação mais próxima com os entrevistados. Tudo isso pode ter afetado as respostas dos jovens.

Um dos pontos mais importantes da pesquisa (na opinião da pesquisadora) é o que vem a seguir. Trata-se da visão dos adolescentes sobre a Guarda Municipal, enquanto Instituição, e sobre os servidores da GMF. Quando perguntado se os adolescentes conheciam a GMF antes de iniciar no Projeto, oito afirmaram já conhecer, sendo que dois ainda responderam conhecer de “só ouvir falar” e outros dois colocaram conhecer através de noticiários da televisão. Sete afirmaram não conhecer. Quando indagados se havia mudado alguma coisa na visão dos jovens sobre a GMF, para três pesquisados não mudou nada; entretanto, para 12 adolescentes, mudou e mudou muito para nove, sendo que quatro afirmaram cogitar a possibilidade de fazer concurso para a Guarda Municipal. Dentre as respostas, destacam-se:

“Eu não gostava da Guarda Municipal. Hoje eu já vejo diferente, já penso em fazer concurso.”

“Sim. A guarda sempre teve seu índice alto. Vai crescer mais e ajudar mais e dar mais segurança aos cidadãos.”

“Eu acho que mudou muito. Até quero fazer concurso.”

Dez adolescentes colocaram que têm pouco contato com os servidores da GMF, somente os do setor em que trabalham. Quando perguntado como eles viam e vêem os guardas municipais de um modo geral, seis responderam: “são legais”, como se não tivessem mudado de opinião no decorrer do Projeto; quatro colocaram que eles são pessoas comuns; os outros colocaram respostas mais abrangentes. Seguem as respostas em destaque:

“Trabalhadores como nós.”

“Sempre dedicado ao seu trabalho e honrando a farda da GMF.”

“Eu achava dos guardas que eles queriam só se mostrarem. Hoje sei que é um trabalho muito legal.”

Perguntou-se também como eles viam os profissionais de segurança pública de modo generalizado (incluindo PM, Bombeiros etc). Três colocaram que não mudou nada, continuava do mesmo jeito, mas não especificaram. Onze colocaram que vêem de modo diferente de antes – sendo que um dos pesquisados colocou que os vê “como heróis” - e um relatou que “alguns policiais são legais e alguns policiais são ruins”, sem especificar mais.

Desse modo, percebe-se que o fato de eles estarem trabalhando em um órgão de segurança pública ajuda-os a terem uma imagem positiva dos profissionais de segurança pública.

No que se refere à conciliação entre trabalho e escola, todos afirmaram que conciliam trabalho e escola sem dificuldade, mas uma pesquisada colocou que, nesse momento de sua vida, escola era mais importante. Essa conciliação torna-se fator preponderante para um Adolescente Cidadão, por ser obrigatório a permanência escolar. Assim, trabalho e estudo caminhavam juntos na vida deles. E pela respostas dos jovens, a jornada dupla não desorganiza a rotina do estudante.

Quanto ao uso do salário, a forma como os jovens gastam o dinheiro, dos quinze pesquisados, nove dão uma parte do que ganham para a família e seis dão todo o dinheiro da bolsa. Somente um adolescente coloca que usou parte da bolsa para fazer um curso de informática e o mesmo afirmou que guarda um pouco para a carteira de habilitação. Dois afirmaram gastar com vestuário e o restante relatou que não faz nenhum tipo de investimento. Evidencia-se, então, a tendência do jovem colaborar com as despesas familiares, sendo o seu salário parte integrante da renda familiar. Não por acaso, nove adolescentes afirmaram precisar ajudar em casa quando questionados qual motivo os levaram a trabalhar.

Quadro 07: O que teve maior relevância em ser adolescente cidadão

	Primeiro	Segundo
O salário	5	3
A experiência	7	4
Os cursos		1
O currículo		
O contato com pessoas novas	1	4
O acompanhamento	2	3

Fonte: Pesquisa Direta

Quanto aos fatores mais relevantes, para os entrevistados, no fato de serem adolescentes cidadãos, em primeiro e em segundo lugar, as respostas seguem no quadro acima. Observa-se que, na opinião dos aprendizes, o fator de maior relevância foi a experiência (onze menções), seguido do salário (oito menções) e, em terceiro, o acompanhamento e conhecer pessoas novas (ambos com cinco menções). Para surpresa, o

currículo não apareceu em nenhuma das respostas, ou seja, na opinião dos pesquisados, o local do primeiro emprego não é um fator relevante, é mais importante fazer novos contatos.

Ao avaliarem a experiência como adolescentes cidadãos, todos consideraram a experiência como boa – com exceção de um, que afirmou que ainda pode melhorar -, por vários motivos, dentre os quais, a oportunidade de ingressar no Projeto, a experiência que serve para o futuro:

“Ótima. Uma experiência que vai valer a pena e vai servir no futuro pra mim.”

“Avalio bem. Sempre ajudando os jovens e sempre se dedicando a nós. E o projeto super responsável, muito bom.”

“É uma oportunidade que nem todos os jovens têm de ingressar no Projeto Adolescente Cidadão.”

Seguindo o mesmo prisma, ao se avaliarem no Projeto Adolescente Cidadão, havendo uma única exceção (afirmando que ele mesmo ainda poderia melhorar), o restante se avaliou bem no Projeto, sendo que dois colocaram que é uma oportunidade maior quando ingressar no concurso da Guarda, ou seja, o fato de conhecer pessoas novas, como colocado mais acima, seria vantajoso para eles:

“Muito legal, tô aprendendo muitas coisas.”

“Avalio bem para eu fazer o concurso e também passando para outras pessoas.”

“Avalio que já é mais uma oportunidade quando for fazer o concurso para a Guarda.”

“Pra mim foi uma grande vitória tá participando desse projeto e está estagiando na Guarda Municipal de Fortaleza.”

Por meio destas informações, pode-se interpretar alguns dos significados do trabalho para esses jovens. Muito além do que a ajuda nas despesas da casa (apesar deste ser um fator preponderante), o trabalho serve como oportunidades, “abertura” de portas. Não houve a expectativa da auto-afirmação, e sim a oportunidade de continuar trabalhando na GMF posteriormente.

3.4 – Perspectivas de futuro: pessoal e profissional

As perspectivas que esses adolescentes têm em relação ao seu futuro, tanto profissional como pessoal é fator preponderante para a pesquisa. Inicialmente, tinha-se a intenção de observar somente as perspectivas profissionais, mas levou-se em consideração que as pessoais também eram importantes, pelo fato do trabalho não servir apenas para comprar bens de consumo, mas como um espaço para a construção do próprio sujeito.

Com relação a aplicar o salário em poupança, todos afirmaram não fazer poupança, ou por causa da ajuda em casa, ou simplesmente porque não tem oportunidade ou não querem. Essa análise indica que não há como juntar dinheiro já que têm tantas pendências, essas respostas já seriam evidentes, uma vez que grande parte dos pesquisados ajudam nas despesas da casa.

Em se tratando das pretensões, as respostas não foram surpreendentes: todos os adolescentes pretendem conseguir outro emprego, sendo que quatro confirmaram o interesse de fazer o concurso da Guarda Municipal. Isso verifica a importância que eles dão para o trabalho – como colocado no tópico relativo ao mundo do trabalho, onde cinco jovens afirmaram que trabalhar é mais importante que estudar.

Quanto às expectativas de futuro, as respostas não poderiam ser diferentes. Todos relataram que pretendem estar trabalhando, mas as áreas foram distintas: os quatro que pretendem fazer concurso para a GMF pretendem continuar como guarda municipal, os outros colocaram que querem estar trabalhando, mas sem especificar a área, com exceção de dois, sendo que um afirmou querer cursar Engenharia Civil e outro afirmou que quer ser motorista (este se sabe, através de dados do Acompanhamento Funcional da GMF, que trabalha no setor de transportes da Instituição).

Em relação a como eles se imaginariam (ou como pretenderiam estar) daqui a dez anos, as respostas indicavam mais o lado profissional. Uma jovem respondeu que gostaria de ser jogador profissional. Os que pretendem fazer concurso para GMF, responderam somente “continuar na GMF” ou “seguir carreira na guarda municipal”. Somente dois colocaram respostas que evidenciam o lado pessoal:

“Trabalhando, ter a minha casa, meu carro e ter terminado a faculdade.”

“Pretendo estar com uma pessoa e com meu próprio negócio.”

Os outros pesquisados responderam que pretendem estar trabalhando, ou pretendem estar “bem de vida” (entende-se que esse termo refere-se mais ao lado financeiro). Diante de toda a análise, é possível observar que, apesar das adversidades financeiras, eles ainda têm esperança de um futuro estabilizado financeiramente, não pelo esforço dos governantes ou da sociedade como um todo, mas por méritos próprios.

Apesar do intenso movimento de reestruturação vivido nas últimas décadas, sobretudo das dificuldades provenientes das novas condições de inserção no mercado de trabalho para os jovens de baixa renda, as significações se transformam, levando em consideração o perfil desses jovens que agora estão na PEA. Família, *status*, qualidade de vida e planejamento de um futuro melhor são algumas das motivações para esses jovens trabalhadores, que vislumbram um futuro de realizações e conquistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizem os apaixonados pelas Ciências Exatas que elas são prazerosas justamente por apresentarem um resultado exato. Já a pesquisadora, em opinião pessoal, pensa exatamente o contrário: o bom das ciências não-exatas, como as Ciências Humanas, são, sim, prazerosas porque não apresentam exatos concretos, dando ao pesquisador vontade de investigar cada vez mais, de melhorar os dados obtidos e de dar êxito nas pesquisas realizadas.

Este trabalho não tem a pretensão, portanto, de chegar a conclusões definitivas sobre os significados do trabalho na vida dos jovens inseridos no mercado. As razões são várias: primeiro, porque, infelizmente, a entrada dos jovens no mercado de trabalho não obedece aos limites da Lei da Aprendizagem, muitos deles começam a trabalhar precocemente, sem direitos nem garantias; segundo, porque a abordagem realizada foi com apenas 15 adolescentes integrantes de um projeto específico, em uma única Instituição, de uma única cidade. Não se pode, portanto, absolutizar os dados coletados. Esse estudo foi elaborado de acordo com o conhecimento acadêmico.

A inserção dos adolescentes no mercado de trabalho é uma realidade cada vez mais palpável. Não importa o motivo pelo qual se inserem nesse mercado, o que importa é que isso acontece com mais jovens e mais cedo. Ainda assim, e de acordo com os critérios da presente pesquisa, o fato de o público pesquisado ser de família de baixa renda contribui, com certeza, para sua inserção na PEA. Contudo, não se justifica o trabalho de crianças e adolescentes abaixo dos 14 anos, nem entre 14 e 16 anos, sem ser na condição de aprendiz, regido pela Lei da Aprendizagem Profissional.

O fato é que, muitas vezes, esses jovens são estimulados, ou pela família, ou pelos amigos, ou pela sociedade em geral, ou pela própria mídia, a ingressarem na PEA. A questão, na maioria das vezes, está situada no plano macroestrutural da distribuição de renda no país. Já que a entrada do jovem no mercado de trabalho é uma realidade que não tem volta, pelo menos por enquanto, deve-se exigir e garantir leis que protejam esse grupo no mundo do trabalho. E mais: devem existir políticas públicas eficazes capazes de manter crianças e adolescentes abaixo dos 14 anos fora do trabalho exploratório, ou seja, políticas que garantam

a essas pessoas educação de qualidade. Enfim, políticas que lhes assegurem cidadania e garantia de direitos.

Torna-se necessária uma análise sobre quem é essa juventude; o que realmente ela demanda; o que quer de fato; não só no tocante aos recortes de pobreza, marginalidade, mas considerar os recortes geracionais (SPOSITO, 2003). Seria preciso ainda pensar, como coloca Abramo (2005) em políticas para atender as distintas situações e trajetórias dos jovens. Não basta pensar em políticas na dimensão da formação, mas também da experimentação, da iniciação, da participação.

Contudo, ainda não existe política no Brasil capaz de fazer esse milagre. As políticas de transferência de renda até servem de alento, mas não são suficientes para sustentar uma família. Quando o pai ou a mãe não têm condições de garantir o sustento da casa com dignidade, torna-se difícil até transmitir valores e se falar em direitos.

Não se pode, entretanto, desmerecer o Projeto Adolescente Cidadão. Ele tem inserido, de fato, adolescentes dignamente no mercado de trabalho, bem como incentivá-los a continuarem seus estudos. E essa experiência depende de vários fatores: o local onde acontece a aprendizagem, as pessoas que compõem a coordenação, os colegas de trabalho que os adolescentes venham a ter; não necessários apenas para o currículo do jovem, mas para a vida.

O primeiro emprego, de fato, abre portas para aqueles que o conseguem. Como observado nas entrevistas, os aprendizes têm planos de concluírem seus estudos e se recolocarem no mercado de trabalho. Assim, os significados, não conclusivos, mas compreendidos do trabalho para esse grupo de adolescentes - e por que não dizer, para diversos outros grupos que possivelmente se encontram nas mesmas condições - vão além de obter o sustento para si e para a sua família. Eles extrapolam a questão da formação profissional propriamente dita, principalmente, pelas perspectivas de futuro melhor que eles vislumbram, pelas oportunidades de aprenderem novidades, conhecer pessoas novas, ter novas possibilidades, enfim, de poder construir um futuro baseando-se em um presente de oportunidades, fazendo, como coloca Bessa (1995), da sua luta diária, a luta de todos.

Diante do exposto, cabe realizar alguns questionamentos. Já que os significados do trabalho para os jovens acabam sendo tão fortes e tão intensos, por que as políticas públicas para o primeiro emprego no Brasil ainda são tão precárias?

Tornam-se precárias, então, no sentido que essas políticas não garantem a continuação desses jovens no mercado de trabalho após o término do Projeto, com exceção de algumas poucas vagas que surgem. Nesse caso, os jovens serão entregues novamente à própria sorte, algumas vezes sem terminarem o Ensino Médio, vendo-se obrigados a continuarem ganhando dinheiro e, talvez, entrando em um trabalho informal, sem as condições dignas para o seu aprendizado. Caso consigam seu segundo, provavelmente em horário integral, não terão condições de concluírem os estudos. Isto pode culminar para que parte da imensa massa de trabalhadores acabem não tendo capacitação.

Para que se possa dar continuidade ao estudo deste tema tão vasto, cujos limites ultrapassam esta pesquisa, a situação dos jovens após ingresso no Projeto Adolescente Cidadão é um tema interessante, com poucas pesquisas sobre o assunto. Como o grande objetivo das políticas públicas é colocar jovens sem experiência no mercado formal, estudar a situação desses mesmos meninos e meninas após esse aprendizado é de grande importância para os estudos sobre juventude, em especial em se tratando de sua relação com o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel, *Las políticas de juventud desde la perspectiva e la ralización entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil*, Última década, Viña del Mar, CIDPA, nº 16, p.119-155, março, 2002.

ABAD, Miguel, Crítica Política das Políticas de Juventude, In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs), *Políticas Públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel, *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*, In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de, *Transformações Econômicas e Sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família*, in SALES, Mione A; MATOS, Maurílio C e LEAL, Maria Cristina (org), *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*, São Paulo: Cortez, 2004;

ABRIL, *Almanaque Abril 2007*, 33ª ed., São Paulo: Editora Abril, 2007.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni, *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*, Educ. Soc., Campinas, vol, 25, p. 335-351, mai/ago, 2004. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 31/05/2007.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete, *Política Social: Fundamentos e História*, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

BESSA, Maria Marly, *Família e Trabalho: categorias centrais de desenvolvimento do adolescente de baixa renda*, Monografia do curso de Serviço Social, Fortaleza: UECE, 1995.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni, *Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas*, In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs), *Retratos da juventude*

brasileira: análises de uma pesquisa nacional, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal nº 8069 de 13 de julho de 1990*, Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL, Presidência da República, *Constituição Federal de 1988*, Brasília: Senado Federal, 1996.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*, São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Ruth C. L. e SAMPAIO, Helena M. Sant'Ana (orgs), *Prefácio*, In: *Bibliografia sobre a Juventude*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam, *Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência*, Cadernos de Pesquisa, nº 116, p.143-166, julho/2002.

COSTA, Jurandir Freire, *Perspectivas da juventude na sociedade de mercado*, In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DAYRELL, Juarez, *Juventude, grupos sociais e sociabilidade*, in *Revistas de Estudios sobre Juventud*, Ano 9, nº 22, México, DF: Janeiro-Junho 2005, pp. 296-313.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO, *Manual de Orientação: Aprendizagem Profissional*, mimeo.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs), *Políticas Públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro, *Como tornar-se um adulto: processos de transição na modernidade avançada*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 58, junho 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo, *Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 9ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

KEHL, Maria Rita, *A juventude como sintoma de cultura*, In: : NOVAES, Regina e VANNUCHI, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEITE, Elenice Moreira, *Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania*, In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs), *Políticas Públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, 6ª ed., São Paulo: Jucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999;

_____ (org), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2004.

_____. *Lei da Aprendizagem Profissional, lei federal nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000*. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em maio de 2007.

MORIN, Edgar. *A crise juvenil: da subcultura adolescente à revolução cultural*. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*, 1975. Trad. Br. Agenor Soares Santos. Vol II, 3ª ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.p. 131-155.

NOVAES, Regina, *Juventude e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso*, In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs), *Políticas Públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*, Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, Oris, *O trabalho da criança e do adolescente*, São Paulo: Ltr, 1994.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira, *Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar*, In: SALES, Mione A; MATOS, Maurílio C e LEAL, Maria Cristina (org), *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*, São Paulo: Cortez, 2004;

RIBEIRO, Elaine e LÂNES, Patrícia. *Diálogo Nacional para uma política de juventude*, Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo: Polis, 2006.

RUA, Maria das Graças, *As políticas públicas e as juventudes dos anos 90*, In: CNPD, *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Brasília: 1998.

SARTI, Cynthia A. *As crianças, os jovens e o trabalho*, in WESTPHAL, M. F. (coord) e CARICARI, A. M. e CAMARGO, M. T. V. E. F. de (orgs), *O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil: uma proposta de atuação*, São Paulo: FSF-USP/FUNDACENTRO/FINEP, 1999, p.p. 39-43.

SILVA, Adriana Furtado Pereira da, *Jovens em busca de trabalho: os meios de sobrevivência dos jovens de grupos populares*, trabalho apresentado III Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Buenos Aires: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes, *Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil*, In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs), *Políticas Públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

_____, *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*, In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues, *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, Revista Brasileira de Educação, 24: 16-39, set/dez, São Paulo: Anped/Autores Associados, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes e CORROCHANO, Maria Carla, *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*, Revista de Sociologia Tempo Social, 24, nº 2, novembro, São Paulo: USP, 2005.

SPINDEL, Cheywa R, *Crianças e Adolescentes no mercado de trabalho*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ANEXOS

ANEXO 1 - LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1o-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1o As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1o As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2o Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3o O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." (VETADO)

"Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1o O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2o Revogado."

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2o Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2o O art. 15 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7o:

"§ 7o Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3o São revogados o art. 80, o § 1o do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

Art. 4o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Dornelles

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO – PROJETO ADOLESCENTE CIDADÃO

I - PERFIL SÓCIO-ECONOMICO E CONDIÇÃO FAMILIAR

1. Sexo:

Masculino Feminino

2. Qual a sua idade? _____

3. Você é:

Solteiro(a) Casado(a) Vive com companheiro

Viúvo Outros _____

4. Você está estudando atualmente? **Se sim: em que série ou ano está?**

Nunca frequentou a escola Não está estudando

Sim, está estudando. Em que série? _____

4.1. Se não. Até que ano da escola estudou?

Alfabetizado 1º ou 2º ano/ médio incompleto

Da 1ª à 3ª série do fundamental I 3º ano/ médio completo

4ª série/ fundamental I completo Superior incompleto

da 5ª a 7ª série do fundamental II Superior completo e pós-graduação

8ª série/ fundamental II completo

5. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi, aproximadamente, a renda familiar em sua casa no mês passado?

Menos de um salário mínimo Até 1 Salário Mínimo (R\$ 465,00)

De 1 a 2 S. M. (R\$ 930,00) De 2 a 5 S. M.

De 5 a 10 S. M.

6. **Sobre o pai:** Idade: _____ profissão: _____

Local de trabalho: _____ você mora com o pai: _____

7. **Sobre a Mãe:** Idade: _____ profissão: _____

Local de trabalho: _____ você mora com a mãe: _____

8. Se não mora com pai ou mãe, com quem mora? _____

9. Sobre irmãos:

Tem irmãos: _____ quantos: _____ quantos moram com você: _____

Quantos são mais velho que você? _____ e mais novos? _____

Quantos estudam em colégio público? _____ Quantos estudam em colégio particular? _____

Dos que moram com você, quantos trabalham fora? _____

Tipo de serviços deles: _____

10: **Relacionamento com a família:** Classifique como ótimo, bom, regular, ruim ou outros o relacionamento com os seguintes membros da família:

Pai: _____ mãe: _____ irmãos: _____ outros familiares: _____
citar: _____

11. Onde nasceram seus pais ?

() Capital () Interior Cidade _____

() Outro Estado

12. E você nasceu na cidade ou no interior?

() Capital () Interior

12.1 Se nasceu no interior: onde você passou a maior parte da sua infância ?

() Na cidade onde nasceu () Noutra cidade do interior () Em Fortaleza

13. Você tem filho(s)? Se sim: Quantos?

() Não tem filho(s) () Um filho () Dois filhos () Três filhos ou mais

14. Com que idade você teve o primeiro filho?
 Até 15 anos 15 a 17 anos 18 a 20 anos
15. Você planejou ter esse filho ou a gravidez foi sem querer?
 Planejou ter filho A gravidez foi sem querer
16. Quantas pessoas compõem sua família(em casa)? _____
- 16.1 Qual o vínculo entre elas e você (pai, irmão, tio, primo, etc)?

17. Qual é a pessoa que é o (a) principal mantenedor (a) da sua família?
 Pai Padrasto madrasta Amigo(a)
 Mãe Esposo(a) Cunhado(a) Avô(ó)
 Tio(a) Próprio(a) entrevistado(a)
18. Se pudesse decidir agora, sem se preocupar com qualquer coisa, você se mudaria para morar sozinho ou com amigos, esperaria mais um tempo para mudar, ou você não tem planos de morar sozinho(a) ou com amigos(as)?
 Mudaria já
 Esperaria mais um tempo para mudar
 Não tem planos de morar sozinho sem os pais ou responsáveis
19. Vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual é a sua.
 Católica Acredita em Deus mas não tem religião
 Espírita (Kardecista) É ateu (atéia)/ agnóstico(a)
 Evangélica* Candomblé ou umbanda
 Outras _____
- * Inclui pentecostal, não-pentecostal e indefinida
20. Qual a sua raça?
 Branca Parda Preta
 Indígena Amarela Outra _____

21. Tipo de Moradia

- Casa própria quitada apartamento próprio quitado
 casa própria financiada apartamento próprio financiado
 casa alugada apartamento alugado
 outros – especificar: _____

Nº de compartimentos: _____

II – NO MUNDO DO TRABALHO

22.1. Para você, o que é mais importante: trabalhar ou estudar?

- Trabalhar Estudar Os dois são importantes

22.2. Por quê?

23. Quais das palavras se aproximam mais do que você pensa sobre trabalho; em primeiro e segundo lugar? Para você trabalho é: (Em primeiro e em segundo lugar).

- Necessidade Independência Crescimento
 Independência Auto-realização Exploração

24. Qual foi seu primeiro trabalho? Onde começou?

25. Como você conseguiu seu primeiro trabalho?

- Indicação Trabalha com a família ajuda dos pais
 Ajuda de amigos/colega Seleção Rede de ajuda
 Sozinho/ saiu procurando Agência de emprego Anúncio
 SINE/balcão de emprego Outros _____

26.1 Que idade você tinha quando conseguiu seu primeiro trabalho?

() Até 13 anos () 13 a 14 anos () 15 a 17 anos

26.2. Por que você quis trabalhar?

III – PROJETO ADOLESCENTE CIDADÃO

27.1. De que modo você soube do Projeto Adolescente Cidadão?

27.2. Você já participava de algum programa antes de saber do Projeto?

28.1 O que você aprendeu na primeira fase do projeto (FUNCI)?

28.2. Como você avalia o projeto na FUNCI?

29.1. Como foram as primeiras semanas no local de trabalho?

29.2. Sentiu dificuldades no local de trabalho?

() Sim () Não

29.3. Se sim, quais foram essas dificuldades?

30. E no decorrer do Projeto? Como está sendo a experiência no local de trabalho?

31.1 Como você avalia a sua relação com o(s) seu(s) chefe(s) durante o Projeto?

31.2. E com os seus colegas do Projeto?

31.3. E com os demais servidores da GMF?

32.1. Você conhecia a Guarda Municipal antes de iniciar o Projeto na FUNCI?

32.2 Como você via a Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) e como você vê hoje? Mudou alguma coisa?

32.3 Você tem muito contato com guardas, inspetores e/ou subinspetores operacionais da GMF?

32.4 E como você via e vê os Guardas Municipais?

32.5 Como você via os policiais de um modo geral e como você vê hoje? Mudou alguma coisa?

33. Como você conciliava trabalho e escola?

41. O que você pretende fazer quando terminar o Projeto?

42. O que você espera do seu futuro enquanto profissional?

43. Como você se imagina (ou como você pretende estar) daqui a dez anos?
